

**ATA DA 403ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE -
CEPRAM**

No dia 29 de novembro de 2019, no auditório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDE, ocorreu a 403ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CEPRAM. Estiveram presentes os conselheiros abaixo listados, além de convidados. À pauta constaram os seguintes itens: 1. Aprovação das minutas das atas da 401ª, 402ª Reunião Ordinária e da 1ª Reunião extraordinária realizadas nos dias 26 de julho, 27 de setembro e 11 de outubro respectivamente; 2. Apresentação dos Processos: Processos com Pedido de Vistas; Processo Retornando a Pauta; Processos Apreciados na 36ª reunião da CT Recursal do dia 18/10/2019; 3. Apresentação SEMA/INEMA referente às ações desenvolvidas em resposta aos eventos críticos de 2019: Contaminação do Litoral Baiano com o derramamento de óleo bruto; Focos de incêndios na Região da Chapada Diamantina; 4. Apresentação do balanço anual das atividades do CEPRAM; 5. O que ocorrer.

Miriã Caetano da Silva - SECEX iniciou a reunião após a verificação do *quórum*, informando que houve alguns contra tempos na questão do estacionamento e dizer que a SECEX e o próprio secretário nesse período entre uma reunião e outra fez alguns contatos e que até ontem a noite teve-se a informação de que teria no mínimo dez vagas no estacionamento disponibilizadas para os Conselheiros, porém hoje pela manhã foi informada pelo segurança na guarita que essa determinação havia sido suspensa, sem apresentar o motivo. Esclareceu ainda que nem a equipe conseguiu entrar, e informou que voltará a rever a questão do estacionamento.

Severino Agra – UFBA solicitou fazer um pleito antes de iniciar a pauta, diante do tempo sucinto e por ter muitos assuntos importantes a serem discutidos na pauta, propôs para a plenária a inversão de pauta e deixar essa parte de processos para o final da pauta.

Luis Galvão – Sindical pontuou que a pauta está posta e o conselho já tem essa experiência que toda vez que vai discutir e o assunto rende muito e quando chega ao final não se cumpre a pauta por falta de quórum, então disse que é mais equilibrado mesmo que tenha assuntos importantíssimos que a pauta seja mantida.

João Lopes – ASSOCAFÊ pontuou que toda vez que se inverte a pauta os processos não são apreciados, pois ficam muitos assuntos sendo tratados, que deveria ser no que ocorrer no final da reunião e isso impede de os processos serem analisados e julgados, então a proposta é que a pauta continue como está.

Severino Agra – UFBA esclareceu que o entendimento da sociedade civil é que todos os pontos de pauta são importantes, não só os processos de auto de infrações são mais importantes que os outros temas, ao contrário alguns temas são muito mais importantes do

36 que os processos e disse não entender essa lógica, pois tem questões muito importantes
37 sendo solicitadas e que tem coisas a apresentar. Porém, o que acontece é exatamente ao
38 contrário, os processos que estão aí a cinco, seis anos que não houve discussão se não dê
39 tempo de discutir, o prejuízo não será maior do que as questões que estão na pauta além
40 dos processos. Diante disso, reforçou o pedido de solicitação de inversão de pauta, pois é a
41 última reunião do ano e infelizmente, não teve reunião de câmaras técnicas e outras coisas
42 mais e tem muitas pendências que tem que ser discutidas hoje na reunião do conselho.

43 Luiz Vitor Marsala – IDEIA sugeriu que a inversão de pauta seja colocada para votação da
44 plenária.

45 Miriã Caetano da Silva – SECEX esclareceu que os processos são através do rito sumário
46 e não tomaria muito tempo. Afirmou que todas as pautas são importantes, mas a SECEX
47 vem fazendo um esforço enorme e quem está na câmara técnica sabe disso, para que
48 possa terminar o ano com o maior número de processos submetidos à plenária. Então
49 propõe que todos sejam rápidos e desta forma conseguiria concluir dentro de um tempo que
50 não comprometeria os demais pontos da pauta. Sendo assim, colocou a inversão de pauta
51 em votação, foram 07 votos favoráveis a inversão da pauta e 10 contrários, diante disso a
52 pauta ficou mantida.

53 Passou-se para o ponto de pauta referente à aprovação das atas, o conselheiro Luís Galvão
54 – Sindical solicitou correção na ata da reunião 402ª na linha 668, e a correção foi feita.

55 Walter Schimmelpfeng – FECOMÉRCIO sugeriu que nessa linha que foi colocada de
56 algumas correções, seria necessário que as atas fossem revisadas, por alguém que não
57 tenha escrito e limpar os pequenos erros de redação que estão nelas.

58 Miriã Caetano da Silva – SECEX agradeceu as sugestões e pontuou desta forma que as
59 atas foram aprovadas, se comprometendo a fazer a revisão das atas. Esclareceu que é
60 comum que isso aconteça, mas a SECEX está ao fim do ano com o acúmulo de atas e
61 apenas duas pessoas da equipe elaboram e revisam as atas, inclusive a equipe está na
62 busca de aplicativos para vê se consegue agilizar a elaboração das atas, porém ainda
63 fogem algumas palavras e expressões. O cuidado é sempre em manter a palavra do
64 Conselheiro na forma que ele expressou na reunião, inclusive evita-se síntese que venha a
65 comprometer o que foi dito, essa é a preocupação maior. Que as complementações e
66 sugestões são bem vindas e ao mesmo tempo solicita que os conselheiros enviem por e-
67 mail previamente, as sugestões para que já sejam alteradas. Desta forma ficam aprovadas
68 as atas das reuniões 401ª, 402ª e a extraordinária. Passou-se para a apresentação dos
69 processos em pauta fazendo o rito sumário, no qual foram lidos todos os processos e se,
70 por ventura, houver algum destaque o conselheiro sinaliza e posteriormente volta para

71 discussão do processo destacado. **Processo: 2010-018870/TEC/AIMU-0699- JOÃO**
72 **TOLEDO DE ALBUQUERQUE.** Auto de Infração de multa no valor de R\$
73 500.000,00(quinhentos mil reais), no município de Formosa do Rio Preto, por realizar
74 queimada sem autorização causando danos ao meio ambiente. O requerente solicitou o
75 reconhecimento da prescrição quinquenal e da prescrição intercorrente com a extinção do
76 processo e seu arquivamento ou que seja declarada a nulidade do processo. A conselheira
77 relatora foi Fernanda Bulhões - SINDICOM – BA que na CT Recursal do dia 23 de agosto de
78 2019 votou pelo cancelamento da multa, porém não houve consenso dos demais membros,
79 por conta disso a decisão ficou para a plenária. Em plenária no dia 27 de setembro de 2019
80 o conselheiro José Roberto Celestino - ABES pediu vista ao processo. Nesta data o
81 processo foi submetido à plenária que deliberou pela manutenção da multa, sendo 13 votos
82 favoráveis a manutenção e 05 contrários. **Processo: 2008-017239/TEC/AIAD-0882 -**
83 **SERVICO SOCIAL DO COMERCIO – SESC.** Auto de infração de Advertência no município
84 de Salvador, por Lançamento de efluentes líquidos em desacordo com os padrões
85 estabelecidos em lei, contribuindo para a efetiva degradação ambiental dos Rios Trobogy e
86 Mangabeira. O requerente solicitou nulidade do Auto de Infração. A conselheira relatora Ana
87 Livia Cunha Guimarães – SEDUR na reunião da CT Recursal do dia 26 de setembro de
88 2019 votou pela manutenção da penalidade de advertência, sendo acompanhada pelos
89 demais membros da Câmara Técnica. Nesta plenária do dia 11 de outubro de 2019 o
90 conselheiro Water Schimmelpfeng - FECOMÉRCIO pediu vistas do processo. Nesta data o
91 processo foi submetido à plenária que deliberou pela manutenção da multa, por
92 unanimidade. **Processo: 2010-015961/TEC/AIMU-0622- XILOLITE S/A -** Auto de infração
93 de multa no valor de R\$200.000,00 (duzentos mil reais) no município de Brumado, por
94 extração e selecionamento de talco sem licença ambiental de desmatamento. O requerente
95 solicitou o provimento do recurso e arquivamento do Auto de infração. A Conselheira
96 relatora foi Kátia Lima- SEAGRI, que na reunião da CT recursal do dia 09 de novembro
97 votou pelo cancelamento da multa, porém na mesma reunião os Conselheiros Luiz Vitor e
98 Daniel Barreto pediram vistas do processo. Na reunião da CT Recursal de 15 de março de
99 2019 o voto do pedido de vistas não foi apresentado, sendo assim o processo foi para a
100 plenária com o voto de Kátia sinalizando que não houve consenso na Câmara. Em plenária
101 no dia 26 julho de 2019 o processo foi retirado da pauta para esclarecimentos da equipe
102 técnica do INEMA. Em agosto o processo foi encaminhado a Diretoria de Fiscalização e
103 Diretoria de Regulação do INEMA para complementação de informações. Em setembro o
104 processo retornou para a SECEX com manifestação do técnico reiterando a manutenção da
105 multa, porém o processo continuou retirado de pauta para complementação de mais
106 informações. Nesta data o processo foi submetido à plenária que deliberou pela manutenção
107 da multa, sendo 11 votos favoráveis a manutenção, 03 votos pela anulação e 04 votos pela



108 abstenção. **Processo: 2007-005326/TEC/AIMU-0244 - CHESF – Companhia Hidrelétrica**
109 **do São Francisco.** Auto de Infração de multa no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil
110 reais) no município de Jequié, por descumprimento de condicionantes (II e V) previstas na
111 Licença de Operação (2000-005040/TEC/LO-0158); Descumprimento de Auto de Infração
112 (2006-001403/TEC/AIAD-0073); Descumprimento de Notificação (2006-006080/TEC/NOT-
113 1763); Ausência de Licença Ambiental. O requerente solicitou a anulação do Auto de
114 Infração de Multa. A conselheira relatora foi Mariana Vidal – SEMA que na reunião da CT
115 recursal do dia 18 de outubro de 2019 votou pela manutenção da penalidade de multa,
116 sendo acompanhada pelos demais membros da Câmara técnica. Nesta data o processo foi
117 submetido à plenária que deliberou pela manutenção da multa, por unanimidade. **Processo:**
118 **2010-001305/TEC/AIMU-0039 - CARÁIBA METAIS S/A.** Auto de Infração de Multa no valor
119 de R\$ 10.010,00 (dez mil e dez reais) no município de Candeias, por lançar produto químico
120 ao solo e por descumprimento do que consta no Art. 3º da Portaria CRA 7943/07. O
121 requerente solicitou que seja reconhecida a nulidade do Auto de Infração, ainda que não se
122 reconheça a patente nulidade do Auto de Infração e Multa 2010-001305/TEC/AIMU-0039, o
123 valor da multa aplicada deve ser reduzido e adequado aos critérios legais para gradação da
124 sanção imposta. O conselheiro relator foi Luiz Vitor Marsala – IDEIA que na reunião da CT
125 Recursal do dia 18 de outubro de 2019 votou pela manutenção da penalidade de multa,
126 sendo acompanhado pelos demais membros da câmara técnica. Nesta data o processo foi
127 submetido à plenária que deliberou pela manutenção da multa, por unanimidade. **Processo:**
128 **2009-002351/TEC/AIMU-0123 - GERSON DE OLIVEIRA RIOS.** Auto de Infração de Multa
129 no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) no município de Miguel Calmon, por suprimir
130 vegetação nativa da região, com extração de estacas da espécie vilão em volume estimado
131 de 50 m³ (cinquenta metros cúbicos), sem autorização legal do órgão competente. A
132 infração foi constatada às 11h50min do dia 02/12/2008 na fazenda Boa Sorte, Povoado
133 Formosa, Miguel Calmon. O requerente solicitou nulidade do Auto de Infração, se ainda
134 assim não entender, que seja reduzida a multa imposta ao mínimo legal, para que não se
135 afete os princípios da razoabilidade e proporcionalidade. O conselheiro relator foi Luiz Vitor
136 Marsala – IDEIA que na reunião da CT Recursal do dia 18 de outubro de 2019 votou pela
137 manutenção da penalidade de multa, sendo acompanhado pelos demais membros da
138 câmara técnica. Nesta data o processo foi submetido à plenária que deliberou pela
139 manutenção da multa, por unanimidade. **Processo: 2010-000777/TEC/AIIN-0009 -**
140 **JULIANO SANTOS DA SILVA.** Auto de infração de Interdição no município de nossa
141 Senhora do Livramento, por estar efetuando desmatamento de vegetação secundária do
142 bioma Caatinga, e uso do fogo, sem a devida autorização do órgão ambiental competente,
143 em área de aproximadamente 1,5 hectares. O requerente solicitou a nulidade do auto de
144 infração. A conselheira relatora foi Raísa Lopes – FAEB que na reunião da CT Recursal do

145 dia 18 de outubro de 2019 votou pela manutenção da penalidade de interdição sendo
146 acompanhada pelos demais membros da câmara técnica. Nesta data o processo foi
147 submetido à plenária que deliberou pela manutenção da interdição, por unanimidade.
148 **Processo: 2010-004234/TEC/AIAD-0059 - PRO-FLORA AGOFLORESTAL LTDA.** Auto de
149 Infração de Advertência no município de Barra, por ausência de averbação da reserva legal
150 das Fazendas Santo Antônio, Amatuama, Havana, Boqueirão localizadas no município de
151 Barra-BA. O requerente solicitou cancelamento da penalidade de advertência imputada à
152 recorrente, e conseqüente arquivamento do presente processo administrativo. O conselheiro
153 relator foi Luiz Vitor Marsala – IDEIA que na reunião da CT Recursal do dia 18 de outubro de
154 2019 votou pela manutenção da penalidade de advertência, sendo acompanhado pelos
155 demais membros da câmara técnica. Nesta data o processo foi submetido à plenária que
156 deliberou pela manutenção da advertência, por unanimidade. **Processo: 2010-**
157 **012147/TEC/AIAP-0140 - LOURIVAL ROMÃO DOS SANTOS.** Auto de Infração de
158 Apreensão no município de Amargosa, por transporte e armazenamento de madeira
159 proveniente da caatinga e mata atlântica sem o devido documento que comprovasse a
160 origem do material. Foram apreendidos: uma volumetria de 3,5m3 de madeira (estacas-
161 caatinga), 03 cancelas (mata atlântica) e um caminhão VW/8140 placa JMF2421. A
162 mercadoria foi estimada em R\$250,00 e o caminhão em R\$39.000,00. A infração foi
163 constatada na Borracharia Costa localizado na rua João Leal Sales Nº06, Katyara, na cidade
164 de Amargosa. O requerente solicitou que seja determinada a imediata liberação do veículo
165 VW/ 8.140, ano 1995, Código de RENAVAM n. 650977980, de propriedade do requerente,
166 fazendo-se cessar, assim, os danos já suportados bem como impedindo os que estão porvir.
167 A conselheira relatora foi Raísa Lopes – FAEB que na reunião da CT Recursal do dia 18 de
168 outubro de 2019 votou pela manutenção da penalidade de apreensão, sendo acompanhada
169 pelos demais membros da câmara técnica. Nesta data o processo foi submetido à plenária
170 que deliberou pela manutenção da apreensão, por unanimidade. **Processo: 2010-**
171 **013623/TEC/AIMU-0523 - LINDE GASES LTDA.** Auto de Infração de Multa no valor de R\$
172 5.000,00 (cinco mil reais) no município de Simões Filho, por estar operando sem Licença
173 Ambiental, conforme constatado em inspeção realizada por técnicos do IMA, em
174 07/07/2010. Esta Multa refere-se ao período de funcionamento da empresa sem a
175 respectiva licença ambiental, que está em fase de regularização através do processo 2010-
176 007268/TEC/LO-0040. O requerente solicitou a nulidade do auto de infração ou que seja
177 firmado um Termo de Compromisso Ambiental, nos termos do art. 191 da Lei Estadual n.
178 10.431/2006, suspendendo a exigibilidade da multa ora aplicada, promovendo sua
179 conversão em ações de cunho ambiental e ainda reduzindo seu valor em 90% (noventa por
180 cento). O conselheiro relator foi Carlos Romero – GAMBÁ que na reunião da CT Recursal
181 do dia 18 de outubro de 2019 votou pela manutenção da penalidade de multa, sendo



acompanhado pelos demais membros da câmara técnica. Nesta data o processo foi submetido à plenária que deliberou pela manutenção da multa, por unanimidade. **Processo: 2010-013651/TEC/AIAD-0172 - ITAUEIRA AGROPECUARIA S/A.** Auto de Infração de Advertência no município de Ribeira do Amparo, por operar empreendimento de irrigação sem as devidas licenças ambientais. A Infração foi constatada em inspeção técnica realizada nos projetos Fervente e fazenda Espanha localizados na Zona Rural do Município de Ribeira do Amparo/BA. O requerente solicitou a nulidade do auto de infração e conseqüente arquivamento do presente processo administrativo. O conselheiro relator foi Luiz Vitor Marsala – IDEIA que na reunião da CT Recursal do dia 18 de outubro de 2019 votou pela manutenção da penalidade de advertência, sendo acompanhado pelos demais membros da câmara técnica. Nesta data o processo foi submetido à plenária que deliberou pela manutenção da advertência, por unanimidade. **Processo: 2010-018728/TEC/AIAD-0251 - LAERCIO JORDAO NERY.** Auto de Infração de Advertência no município de Morro do Chapéu, por realizar queimada, sem a devida autorização, em área passível de ser autorizada, causando risco degradação ambiental. A infração foi constatada no dia 06/10/10 no assentamento Pachola , município de Morro do Chapéu. O requerente solicitou a nulidade do auto de infração e conseqüente arquivamento do presente processo administrativo. A conselheira relatora foi Raísa Lopes – FAEB que na reunião da CT Recursal do dia 18 de outubro de 2019 votou pela manutenção da penalidade de advertência, sendo acompanhada pelos demais membros da câmara técnica. Nesta data o processo foi submetido à plenária que deliberou pela manutenção da advertência, por unanimidade. **Processo: 2010-020407/TEC/AIAD-0292 - EMBASA - EMPRESA BAIANA DE AGUAS E SANEAMENTO S/A.** Auto de Infração de Advertência no município de Alagoinhas, por : operar o Sistema de Esgotamento Sanitário da unidade de negócio de Alagoinhas sem a devida autorização ambiental do órgão competente. O requerente solicitou a nulidade do auto de infração e conseqüente arquivamento do presente processo administrativo. O conselheiro relator foi Luiz Vitor Marsala – IDEIA que na reunião da CT Recursal do dia 18 de outubro de 2019 votou pela manutenção da penalidade de advertência, sendo acompanhado pelos demais membros da câmara técnica. Nesta data o processo foi submetido à plenária que deliberou pela manutenção da advertência, por unanimidade. **Processo: 2011-008755/TEC/AIAD-0103 - ADPK ADIMISTRACAO PARTICIPACAO E COMERCIO S/C LTDA.** Auto de Infração de Advertência no município de Cairú, por inobservar preceitos estabelecidos pela legislação de controle ambiental ao implantar empreendimento urbanístico (Loteamento São Pedro) sem a devida licença ambiental. A infração foi constatada na via de serviço que dá acesso à localidade do Zimbo, no povoado de Morro de São Paulo, Ilha de Tinharé, município de Cairu-BA. O requerente solicitou a nulidade do auto de infração. O conselheiro relator foi Luiz Vitor Marsala – IDEIA

219 que na reunião da CT Recursal do dia 18 de outubro de 2019 votou pela manutenção da
220 penalidade de advertência, sendo acompanhado pelos demais membros da câmara técnica.
221 Nesta data o processo foi submetido à plenária que deliberou pela manutenção da
222 advertência, por unanimidade. **Processo: 2011-010201/TEC/AIMU-0229 - PAULO MACIEL**
223 **FERNANDES.** Auto de Infração de Multa no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) no
224 município de vereda, por descumprir o Auto de Infração nº 2008-004548/TEC/AIAD-0198. O
225 requerente solicitou a nulidade do auto de infração. A conselheira relatora foi Lucidalva
226 Rodrigues – PRISMA que na reunião da CT Recursal do dia 18 de outubro de 2019 votou
227 pela nulidade da multa, sendo acompanhada pelos demais membros da câmara técnica.
228 Nesta data o processo foi submetido à plenária que deliberou pela nulidade da multa, por
229 unanimidade. **Processo: 2011-011667/TEC/AIIN-0083 - EDELVITO CLEMENTINO DE**
230 **SOUZA.** Auto de Infração de Interdição Temporária no município de Jequié, por uma faixa
231 de terra destinada a um plantio de Cacau previsto para ser iniciado em uma área de
232 aproximadamente 01 ha, área esta já preparada e localizada em Área de Preservação
233 Permanente – APP, nas proximidades do lago da Barragem das Pedras em Jequié. O
234 requerente solicitou a nulidade do auto de infração. O conselheiro relator foi Carlos Romero
235 – GAMBÁ que na reunião da CT Recursal do dia 18 de outubro de 2019 votou pela
236 manutenção da penalidade de interdição, sendo acompanhado pelos demais membros da
237 câmara técnica. Nesta data o processo foi submetido à plenária que deliberou pela
238 manutenção da interdição, por unanimidade. **Processo: 2011-012149/TEC/AIMU-0292 -**
239 **SLC AGRICOLA S.A.** Auto de Infração de Multa no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil
240 reais) no município de Barreiras, por operar empreendimento sem a devida licença
241 ambiental, ocupação em Reserva Legal, degradação em Área de Preservação Permanente.
242 As infrações cometidas pelo empreendedor constatadas mediante inspeção técnica
243 realizada na Fazenda Palmares. O requerente solicitou a nulidade do auto de infração. A
244 conselheira relatora foi Ariene Couto – SEAGRI que na reunião da CT Recursal do dia 18 de
245 outubro de 2019 votou pela manutenção da penalidade de multa, sendo acompanhada pelos
246 demais membros da câmara técnica. Nesta data o processo foi submetido à plenária que
247 deliberou pela manutenção da multa, por unanimidade. **Processo: 2011-014029/TEC/AIAD-**
248 **0185 - FUNDACAO DOM AVELAR BRANDAO VILELA.** Auto de Infração de Advertência
249 no município de Salvador, por realizar intervenção em corpo hídrico sem a devida
250 autorização do órgão competente. A infração foi constatada durante inspeção técnica
251 realizada no dia 21 de junho de 2011, às 14h, na Igreja Jesus Cristo Ressuscitado
252 localizada na Estrada do Cabrito, no município de Salvador. O requerente solicitou a
253 nulidade do auto de infração. A conselheira relatora foi Raísa Lopes – FAEB que na reunião
254 da CT Recursal do dia 18 de outubro de 2019 votou pela manutenção da penalidade de
255 advertência, sendo acompanhada pelos demais membros da câmara técnica. Nesta data o



256 processo foi submetido à plenária que deliberou pela manutenção da advertência, por
257 unanimidade. **Processo: 2011-010334/TEC/AIMU-0236 - UTINGA MINERAÇÃO LTDA.**
258 Auto de Infração de Multa no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) no município de
259 Irecê, por descumprir condicionantes V, VII, VIII e XV, constantes na Portaria IMA nº
260 14.607/2011, provocando a poluição do ar, e também por provocar impacto na propriedade
261 de terceiros. A infração foi constatada na Fazenda Flor da Barriguda, Povoado do Achado,
262 na BA-052, Município de Irecê. O requerente solicitou a nulidade do auto de infração. A
263 conselheira relatora foi Mariana Vidal – SEMA que na reunião da CT Recursal do dia 18 de
264 outubro de 2019 votou pela manutenção da penalidade de multa, sendo acompanhada pelos
265 demais membros da câmara técnica. Nesta data o processo foi submetido à plenária que
266 deliberou pela manutenção da multa, por unanimidade. **Processo: 2011-015679/TEC/AIMU-**
267 **0380 - OSWALDO GOMES VIEIRA.** Auto de Infração de Multa no valor de R\$ 15.000,00
268 (quinze mil reais) no município de Cocos, por suprimir vegetação, sem autorização do órgão
269 ambiental, incluindo 55, 4653 ha de área de preservação permanente. O requerente solicitou
270 a nulidade do auto de infração ou que seja convertida a multa em prestação de serviços de
271 preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, devidamente instruído
272 em Termo de Compromisso a ser firmado com o órgão ambiental competente, conforme
273 previsto nos artigos 292 e 293 do Decreto 14.024 de 06/06/2012. O conselheiro relator foi
274 Sergio Bastos – Sinpeq que na reunião da CT Recursal do dia 18 de outubro de 2019 votou
275 pela manutenção da penalidade de multa, com possibilidade de celebração de termo de
276 compromisso, sendo acompanhada pelos demais membros da câmara técnica. Nesta data o
277 processo foi submetido à plenária que deliberou pela manutenção da multa, por
278 unanimidade. **Processo: 2011-017589/TEC/AIMU-0432 - MARCUS ANTONIO VARGAS**
279 **LEAL MASCARENHAS.** Auto de Infração de Multa no valor de R\$3.000,00 (três mil reais) no
280 município de Cabaceiras do Paraguaçu, por implantação e operação do empreendimento de
281 Piscicultura em Tanque-Rede, sem a devida Licença Ambiental. O requerente solicitou a
282 nulidade do auto de Multa. A conselheira relatora foi Mariana Vidal – SEMA que na reunião
283 da CT Recursal do dia 18 de outubro de 2019 votou pela manutenção da penalidade de
284 multa, sendo acompanhada pelos demais membros da câmara técnica. Nesta data o
285 processo foi submetido à plenária que deliberou pela manutenção da multa, por
286 unanimidade. **Processo: 2011-017858/TEC/AIAD-0260 - MARCILIO JOSE ANDRADE**
287 **RIBEIRO E CIA LTDA.** Auto de Infração de Advertência no município de Brotas de
288 Macaúbas, por operar a atividade de posto de venda de gasolina e outros combustíveis sem
289 a necessária documentação emitida pelo órgão ambiental competente. O requerente
290 solicitou a nulidade do auto de Multa. A conselheira relatora foi Raísa Lopes – FAEB que na
291 reunião da CT Recursal do dia 18 de outubro de 2019 votou pela manutenção da penalidade
292 de advertência, sendo acompanhada pelos demais membros da câmara técnica. Nesta data

o processo foi submetido à plenária, porém foi retirado de pauta para esclarecimentos técnicos do INEMA. **Processo: 2011-017871/TEC/AIAD-0262 - POSTO CHAPADA DE BROTAS LTDA.** Auto de Infração de Advertência no município de Brotas de Macaúbas, por operar a atividade de posto de venda de gasolina e outros combustíveis sem a necessária documentação emitida pelo órgão ambiental competente. O requerente solicitou a nulidade do auto de Multa. O conselheiro relator foi Luiz Vitor Marsala – IDEIA que na reunião da CT Recursal do dia 18 de outubro de 2019 votou pela manutenção da penalidade de advertência, sendo acompanhado pelos demais membros da câmara técnica. Nesta data o processo foi submetido à plenária que deliberou pela manutenção da advertência, por unanimidade. **Processo: 2011-018714/TEC/AIAD-0274 - SHALOM DERIVADOS DE PETROLEO LTDA.** Auto de Infração de Advertência no município de Feira de Santana – BA, por iniciar a implantação de Posto de Combustível sem a devida licença ambiental, acarretando em processo erosivo, e com isso causando degradação ambiental. O requerente solicitou a nulidade do auto de Multa. A conselheira relatora foi Lucidalva Rodrigues – PRISMA que na reunião da CT Recursal do dia 18 de outubro de 2019 votou pela manutenção da penalidade de advertência, sendo acompanhada pelos demais membros da câmara técnica. Nesta data o processo foi submetido à plenária que deliberou pela manutenção da advertência, por unanimidade. **Processo: 2011-018887/TEC/AIAD-0277 - CELINA ANJOS CERQUEIRA.** Auto de Infração de Advertência no município de Feira de Santana, por cultivo de milho dentro da área de preservação permanente do Lago de Pedra do Cavalo sem inobservar preceitos estabelecidos pela legislação de controle ambiental e causando efetiva degradação ambiental. O requerente solicitou a nulidade do auto de advertência. O conselheiro relator foi Carlos Romero – GAMBÁ que na reunião da CT Recursal do dia 18 de outubro de 2019 votou pela manutenção da penalidade de advertência, sendo acompanhado pelos demais membros da câmara técnica. Nesta data o processo foi submetido à plenária que deliberou pela manutenção da advertência, por unanimidade. **Processo: 2011-021325/TEC/AIMU-0500 - SETTA COMBUSTIVEIS S/A.** Auto de Infração de Multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) no município de Barreiras, por exercer a atividade de transporte de produto químico perigoso (Biodiesel B-100), no veículo de placa da carreta KKT 3222, placa do cavalo KKT 2772, marca/modelo Volvo/FH 400 6X2T, de cor branca sem a necessária Licença Ambiental emitida pelo INEMA. O requerente solicitou a nulidade do auto de Multa ou Conversão em Advertência. A Conselheira relatora foi Ana Livia Cunha Guimarães – SEDUR que na reunião da CT Recursal do dia 18 de outubro de 2019 votou pela manutenção da penalidade de multa, sendo acompanhada pelos demais membros da câmara técnica. Nesta data o processo foi submetido à plenária, que deliberou pela manutenção da multa, por unanimidade. **Processo: 2011-022614/TEC/AIAD-0333 - EMBASA - EMPRESA BAIANA DE AGUAS E**

330 **SANEAMENTO S/A.** Auto de Infração de Advertência no município de Mata de São João,
331 por ter sido constatado mediante inspeção técnica realizada que ao consertar elevatória do
332 Hotel e o lançamento de efluente doméstico 'in natura' no solo chegando a atingir corpo
333 hídrico, causando efetiva degradação ambiental, ao consertar elevatória do Hotel e
334 Condomínio Reserva Imbassay. O requerente solicitou a nulidade do auto de infração. A
335 conselheira relatora foi Raísa Lopes – FAEB que na reunião da CT Recursal do dia 18 de
336 outubro de 2019 votou pela manutenção da penalidade de advertência, sendo
337 acompanhada pelos demais membros da câmara técnica. . Nesta data o processo foi
338 submetido à plenária, que deliberou pela manutenção da advertência, por unanimidade.

339 **Processo: 2011-023790/TEC/AIAD-0367 - COMPANHIA DE GÁS DA BAHIA –**
340 **BAHIAGÁS.** Auto de Infração de Advertência no município de Camaçari, por descumprir o
341 condicionante II da Portaria nº 5866. O requerente solicitou a nulidade do auto de infração. A
342 conselheira relatora foi Lucidalva Rodrigues – PRISMA que na reunião da CT Recursal do
343 dia 18 de outubro de 2019 votou pela manutenção da penalidade de advertência, sendo
344 acompanhada pelos demais membros da câmara técnica. Nesta data o processo foi
345 submetido à plenária que deliberou pela manutenção da advertência, por unanimidade.

346 **Processo: 2011-024548/TEC/AIAD-0377 - NEYDE TEIXEIRA CURVELLO.** Auto de
347 Infração de Advertência no município de Itaguaçu, por possuir rio e nascente em sua
348 propriedade, denominados Rio Verde e nascente Água Quente, sem respeitar o raio de 30
349 (trinta) e 50 (cinquenta) metros respectivamente dos corpos hídricos, determinadas por lei,
350 causando efetiva degradação ambiental, devendo a mesma providenciar: 1 - Limpeza da
351 área da nascente com a retirada do lixo; 2 - Cercar a área da nascente dentro das
352 possibilidades num raio de 50 (cinquenta) metros, isolando entrada próxima à nascente; 3 -
353 Providenciar a colocação de placas de sinalização no local, com informações sobre a
354 legislação Estadual e/ou Federal referente à APP; 4 - Não realizar nenhuma atividade de
355 fogo ou corte de vegetação nas margens do Rio Verde, resguardando a distância de 30
356 (trinta) metros. A infração foi constatada no Povoado de Barreiros, Zona Rural do Município
357 de Itaguaçu. O requerente solicitou a nulidade do auto de infração. A conselheira relatora foi
358 Ariene Couto – SEAGRI que na reunião da CT Recursal do dia 18 de outubro de 2019 votou
359 pela manutenção da penalidade de advertência, sendo acompanhada pelos demais
360 membros da câmara técnica. Nesta data o processo foi submetido à plenária que deliberou
361 pela manutenção da advertência, por unanimidade.

362 Miriã Caetano da Silva – SECEX seguindo a pauta a uma previsão de apresentações das
363 ações desenvolvidas em respostas a eventos críticos no ano de 2019, esse é um ponto que
364 atende também a um pedido do próprio conselho de se manter informado sobre todas as
365 questões que envolvem a contaminação do óleo no litoral do Nordeste e ao conversar com a

366 equipe técnica a SECEX entendeu também que as questões dos incêndios seria outro ponto
367 importante de colocar nessa reunião em razão de todas as atividades e comprometimento
368 da equipe tanto da SEMA e do INEMA com essas questões. Pontuo que vai ser iniciada com
369 a apresentação sobre Focos de incêndios na Região da Chapada Diamantina que será feita
370 por Leonardo Marques – SIDA/SEMA e Fabíola Cotrim – INEMA.

371 Leonardo Marques – SIDA/SEMA iniciou a apresentação explicando sobre o programa
372 Bahia Sem Fogo, que é o programa estadual de prevenção e combate aos incêndios
373 florestais, tem a característica de multi - agências com a participação da SEMA, INEMA,
374 Corpo de Bombeiros, Superintendência de Defesa Civil – SUDEC, IBAMA, ICMBIO,
375 Prefeituras, associações e comunidades, pois entende-se a importância de que haja uma
376 parceria entre as instituições do Estado e a sociedade civil para que se possa ter uma boa
377 política pública de redução e prevenção dos incêndios florestais. Atualmente o Bahia Sem
378 Fogo é coordenado pela SEMA, inclusive isso é um panorama que está acontecendo tanto
379 dentro, quanto fora do Brasil, justamente por falar de incêndio florestal é falar em:
380 preservação da biodiversidade, emissão de gases do efeito estufa; em educação ambiental,
381 etc, então tudo isso coordenado pela Secretaria do Meio Ambiente dar uma guinada nessas
382 discussões. O Objetivo central do programa é prevenir e combater os incêndios florestais no
383 território baiano, visando diminuir a emissão de gases do efeito estufa, proteger a
384 biodiversidade e preservar a vida, saúde e patrimônio das populações. Aproveitou e fez uma
385 autocrítica ao Estado, porque a Bahia tem atuado muito no combate e não muito na
386 prevenção, então o Estado acaba sendo reativo ao que acontece e acaba não tendo uma
387 disciplina e organização muito efetiva para fazer a prevenção de modo mais efetivo junto a
388 sociedade baiana

389 No que se refere às ações do programa, explicou que no PPA 2016-2019 a meta
390 estabelecida foi de 780 ações, porém conseguiu-se superar essa meta, chegando à 815
391 ações relacionadas à prevenção e combate aos incêndios florestais, até o período de
392 outubro de 2019, essas ações englobam: reuniões, ações de educação ambiental, ações de
393 combate a incêndios florestais. Pontuou que para não ficar muito extenso fez uma
394 metodologia de concentrar os dados de 2018 e 2019. Em 2018 foram totalizadas 98 ações
395 do programa, sendo que nesse universo: 34 municípios receberam equipamentos de
396 Proteção Individual e de Combate (EPI e EPC) aos incêndios florestais; 38 municípios
397 tiveram cursos de capacitação de brigadistas para prevenção e combate aos incêndios
398 florestais; ações de combate ao fogo em 11 municípios; foram aplicados 21 autos de
399 infração por parte do INEMA; e suporte no quesito transporte terrestre para o Corpo de
400 Bombeiros Militar da Bahia; foi instituído um Grupo de Trabalho (GT), pois houve uma
401 necessidade de articular todas as instituições estaduais para dialogar a respeito do

402 programa, com o intuito de atualizar os instrumentos normativos de prevenção e combate
403 aos incêndios florestais, esse GT teve 16 reuniões até o presente momento; 3 reuniões do
404 Subcomitê do Oeste e 1 reunião do Subcomitê da Chapada Diamantina; em 2018 foram
405 investidos cerca de R\$ 2 milhões em prevenção e educação ambiental, e no combate aos
406 incêndios florestais. Já no ano de 2019 teve uma queda nas ações, fruto das questões
407 orçamentárias do Estado, por conta disso foram totalizadas neste ano 35 ações envolvendo:
408 sistematização das localidades que receberão capacitações de EPI/EPC em 2019/2020,
409 acabou que não conseguiu realizar em 2019, pois teve que suspender em razão dos
410 sinistros de incêndios que ocorreram agora no segundo semestre de 2019, porém já está
411 com o planejamento para no primeiro semestre de 2020 fazer um ciclo de capacitações em
412 municípios, especialmente, da Chapa Diamantina e do Oeste; abertura de Processos
413 licitatórios para aquisição de EPI/EPC e locação de transporte veicular terrestre (pick-up,
414 caminhão baú, microônibus, ônibus e van), esses dois itens são as principais demandas da
415 sociedade civil, dos brigadistas e também das prefeituras para o programa Bahia Sem Fogo;
416 ações efetivas de combate ao fogo em cerca de 15 municípios; foram investidos cerca de 7
417 milhões na prevenção e educação ambiental, e no combate aos incêndios florestais, apesar
418 de menos ações em 2020 houve um maior investimento, isso aconteceu pois teve-se um
419 passivo de 2018 para pagar em 2019, principalmente com diárias para colaboradores e de
420 contratos de aeronaves; foram abertos 08 processos de Fiscalização no INEMA (FISC/DEN-
421 COADE - destinados a COFIS ou a Unidade Regional do Oeste, UR Corrente e UR
422 Chapada Diamantina; foi instaurado inquérito civil, com abertura de processo de perícia
423 realizado pela 20 COORPIN – Brumado , com identificação do infrator com apoio do INEMA;
424 divulgação diária em site dos Boletins de Monitoramento emitidos pelo INEMA.

425 Fabíola Cotrim – INEMA complementou que o Bahia Sem Fogo é um programa que vem
426 desde 2006, com mais efetividade de 2007 á 2009 para cá. Diz que fala sempre que o Bahia
427 Sem Fogo é um programa que é uma formiguinha que vai crescendo a cada ano e que
428 precisa realmente do apoio da sociedade, das associações justamente para executar as
429 ações. O Governo do Estado vem sim fazendo todos os esforços, para quem é chapadeiro,
430 para quem é do Oeste sabe como sofre com esses incêndios florestais, então diante disso
431 esse programa se fortaleceu justamente em uma questão que trás a sociedade para com o
432 processo, tendo início, meio e fim com o apoio do Governo, seja ele educação ambiental
433 com as campanhas; visitas em sindicatos e associações; campanhas educativas nas
434 escolas; a parte do fortalecimento da fiscalização municipal; como também a parte de
435 combate que por lei quem executa é o Corpo de Bombeiro, mas existe um trabalho com as
436 brigadas voluntárias desde 2007 e hoje a maioria dos municípios do Estado da Bahia
437 possuem brigada voluntária; a disponibilização de EPI'S e EPC'S, pois não adianta treinar
438 se não estiver equipado; como também a disponibilização dos aviões que é uma parte mais

439 efetiva do combate indireto; e o monitoramento, porque sem o monitoramento não se pode
440 identificar o sinistro. Hoje também está trabalhando no programa com relação às manchas
441 dos incêndios florestais, porque em cima dessas manchas pode-se não só fortalecer os
442 autos da fiscalização, como também fazer reposição de áreas degradadas. O ponto focal é
443 justamente isso, recuperar os remanescentes florestais que ainda tem na Bahia.

444 Leonardo Marques- SIDA/ SEMA informou que as perspectivas do programa para 2020 são:
445 reativação do Comitê Estadual de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais, que
446 neste momento estão desativados; fortalecimento dos Subcomitês regionais de prevenção e
447 combate aos incêndios florestais para dialogar com a sociedade, sindicatos e associações,
448 porque sozinho o Estado não consegue dar conta de tudo; criação da sala de situação e
449 monitoramento; contratação de helicópteros para auxiliar as ações de combate;
450 fortalecimento das ações de pesquisa e análise de áreas queimadas, porque com dados
451 mais precisos e utilizando tecnologia, para assim ter uma atuação mais direcionada e
452 efetiva, inclusive economizando recursos.

453 Fabíola Cotrim- INEMA apresentou o gráfico dos focos de calor por bioma do Instituto
454 Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE. Explicou que a uma diferença entre focos de calor
455 e incêndio florestal, então não se assuste com os valores. Pontuou que o INEMA fez uma
456 pesquisa no INPE de 1998 a 2019 e pode ser observada a evolução dos focos de calor, em
457 2003 houve um pico importante, em 2007 teve outro pico e em 2019 houve um crescimento
458 em relação aos anos anteriores, esses índices geralmente são avaliados de quatro em
459 quatro anos, mas há uma diferença de região, por exemplo, na Chapada Diamantina
460 provavelmente ano que vem vai ter um maior índice de incêndio florestal. Quanto ao Bioma
461 Mata Atlântica, os incêndios não eram tão divulgados, esse ano no carnaval aconteceram
462 vários incêndios criminosos no Bioma Mata Atlântica e houve um índice superior aos demais
463 e o maior pico foi 2003. É necessário que toda equipe, a população, os subcomitês e o
464 comitê central avaliem esses índices, para que naquele período se tenha um planejamento
465 executor daqueles biomas. No Bioma Cerrado hoje é o que tem mais índices de incêndios
466 florestais e de focos de calor, que possa ser que não se transforme em incêndio. Pontuo que
467 essas pesquisas são muito importantes, inclusive falou que estão estudando não só o INPE,
468 como também a NASA e os boletins de monitoramento do INEMA que são emitidos todos os
469 dias para justamente ter uma avaliação. Pontuou que esse ano a Bahia sofreu muito com o
470 clima, como em 2015, porém salientou que 1% dois incêndios são causas naturais, os
471 outros 99% é criminal, alguém colocou. Apresentou os comparativos de focos de calor nos
472 últimos anos na Bahia e pode –se perceber que após 2007 quando iniciou o Programa
473 Bahia Sem Fogo os índices de focos de calor foram caindo, decaindo, isso demonstra que
474 as ações do programa estão sendo atendidas e com resultados positivos, porém não vai

475 alcançar 100% até porque é um processo histórico e cultural colocar fogo, ele não é
476 totalmente ruim, os incêndios florestais que são e acabam com tudo.

477 Alessandra Chaves – AIBA pontuou que tem monitorado na região Oeste uma aérea de 800
478 mil hectares e tem observado esse padrão da ocorrência de incêndios e a ocorrência de
479 focos de calor, normalmente tem a cada três anos uma diminuição ou aumento de fogo e
480 incêndios em determinadas áreas, por conta da matéria orgânica e associado à
481 sazonalidade climática. Realmente tem tido uma grande dificuldade hoje de combater
482 incêndios florestais na região Oeste, pontuou que a AIBA tem sido parceiro do programa
483 Bahia Sem Fogo e participa do subcomitê de combate a incêndios, mas verifica-se a
484 ocorrência de extensas áreas de vegetação nativa e não está falando de remanescente com
485 reserva legal, APP, existem grandes áreas com veredas que é impossível combater incêndio
486 nessas áreas pela característica da vegetação. Então, tem que trabalhar em duas frentes
487 uma minuta de legislação que traga o manejo florestal e trate as especificidades do bioma
488 com relação a esses remanescentes de vegetação nativa, pois o cerrado convive
489 historicamente com fogo, não pode esquecer que algumas espécies só germinam se
490 realmente tiver o fogo, porém da maneira que vem ocorrendo o fogo tem causado grandes
491 impactos ambientais, mas também impactos econômico, porque só esse ano teve prejuízo
492 em mais de 1000 hectares de milho, e realmente é complicado a questão do manejo e é
493 necessário também trabalhar com a queima prescrita para tentar conter a ocorrência de
494 incêndios.

495 Clarice Amaral – SIDA/SEMA complementou que a SEMA está fazendo um trabalho de
496 riscos ambientais de uma forma geral, então está trabalhando com dois sistemas: o
497 monitoramento através de drones e o monitoramento por sensoriamento remoto, através de
498 um convênio que a SEMA está firmando com a Universidade Federal do Rio de Janeiro.
499 Nesse novo sistema de monitoramento vai unificar todo o sistema existente hoje, na SEMA
500 e no INEMA, tem avançado muito no monitoramento relacionado a questão hídrica e agora
501 está avançando em outras direções também que vai abranger desmatamento, supressão de
502 vegetação legal e ilegal. Para isso, já está sendo providenciado fazer e equipar uma sala de
503 situação única da SEMA e do INEMA para poder receber melhor essas imagens.

504 Miguel Accioly - UFBA pontuou que não viu na apresentação em nenhum momento quais
505 os números ou as ações práticas e reais que foram feitas em termo de educação ambiental
506 para prevenção ao fogo e ações realmente de prevenção ao fogo, e se houve alguma ação
507 em termo de inteligência para prevenir, já que está falando em um crime ambiental e é
508 recorrente.

509 Leonardo Marques – SIDA /SEMA explicou que acabou tirando da apresentação uma parte
510 bem interessante, que foi o Projeto Cerrado, no qual houve várias caravanas do Bahia Sem
511 Fogo, a formação de brigadistas, isso são ações de prevenção e educação ambiental, na

512 qual está se formando multiplicadores na sociedade, inclusive na ementa existe legislação,
513 educação ambiental e vem também à parte do combate. E as reuniões em que se discute
514 com a sociedade civil elas também entram na lógica de prevenção e educação ambiental,
515 porque a uma troca de informações e interlocução de saberes entre as instituições do
516 estado e a sociedade civil, claro que deveriam ser feitas mais ações de prevenção, mas elas
517 acontecem.

518 Marjorie Nolasco – UEFS campos avançado da Chapada Diamantina, parabenizou pelo
519 complexo de universidades envolvidas no programa e sugerir que fosse incluída a UEFS
520 parceira de longas datas, inclusive pontuou que existe um protótipo na mão do INEMA e do
521 Governo do Estado para combate a incêndio relacionados à ocorrência e a possibilidade de
522 ocorrências, pontos de ocorrência e como combater, constituído e entregue a mais de três
523 anos, dentro de um complexo de ações ligados a universidades, a estudos suecos e
524 Universidades Argentinas com a UEFS e diversas outras instituições, dentro de um
525 processo de estudos de incêndios na Chapada Diamantina, com diversas orientações e que
526 tem visto algumas dessas coisas serem colocadas no Programa Bahia Sem Fogo, mas não
527 tem visto elas se desenvolverem. Como está na Chapada Diamantina e tem participado
528 diversas vezes do controle, da articulação não dentro dos comitês, mas o real do que está
529 acontecendo na região, umas das coisas que levantou foi à importância desse local para
530 todos os Biomas, tem-se um ecótono onde sai praticamente grande quantidade do que é
531 incêndio na Bahia, seja para o cerrado, seja para caatinga e esse último foi maior do que foi
532 apresentado, mas o que se vê, antes de qualquer coisa é a falta da prevenção concreta, por
533 exemplo, a chegada dos EPI'S a tempo e antes de que o fogo se instale. Todos que vivem
534 na Chapada sabem exatamente quando o processo de incêndios vai começar a deflagrar e
535 os EPI'S nunca estão antes, só isso já é uma prevenção característica, porque no momento
536 em que o incêndio começar, o combate vai ser uma coisa pequena e vai ser muito mais
537 simples do que quando o incêndio se torna um gigante. Sinalizou duas questões que estão
538 totalmente imbricadas no Bahia Sem Fogo é a questão da água, pois está tendo problemas
539 imbricados com o excesso de retirada de água seja de rios ou de águas subterrâneas, que
540 atinge diretamente a questão, porque aumenta o processo de secamento e ao aumentar o
541 processo de secamento aumenta o risco. Solicitou que o Estado dialogasse mais com as
542 Universidades Estaduais da Bahia, pois elas tem expertise com isso e por ser uma estrutura
543 mais próxima e, portanto mais viável e menos custosa e além da questão da água. E
544 questionou porque os incêndios não entraram na Secretaria de Educação do Estado, pois
545 as escolas nas regiões são elementos fundamentais do processo de multiplicação, muito
546 mais do que o combatente, mas o brigadista não faz processo educacional ele combate,
547 quem faz processo educacional é a escola, então porque isso não é um elemento

548 constantes na semana pedagógica que são enviados a partir do Estado para as escolas
549 estaduais.

550 Cláudio Mascarenhas – GERMEN ressaltou que a única forma de consertar esse país é
551 através da educação e segundo lembra que essa coisa pesada do Estado Brasileiro que
552 parece um bloco de mármore quadrado que não consegue rolar, faz sempre essa coisa de
553 chegar atrasado, a situação do petróleo mostra isso, o tempo que se levou para tomar as
554 primeiras providências, a falta da prevenção em todos os aspectos, então isso é uma marca
555 do Estado Brasileiro que é preciso mudar um pouco a postura de que isso é cultural. O
556 Estado que tem que rever a sua cultura, o Estado tem que realmente assumir o papel de ser
557 preventivo em uma série de coisas como essas, por exemplo, que são irreversíveis. Com
558 relação ao trabalho, as propostas e ao reequipamento como foi colocado está muito forte e é
559 bom isso, mas gostaria de vê sair um pouco da postura de técnicos e de academia que estar
560 tendo neste momento do debate e colocasse um pouco como cidadão comum, preocupado
561 com a questão do meio ambiente. Diante disso, solicitou um estudo comparativo que
562 mostrasse a quantidade total da vegetação que é retirada do Estado da Bahia, seja através
563 de: fogo, trator, com autorização de supressão de vegetação ou sem ser autorizado, pois
564 para o cidadão comum essas formas se somam, o que importa é a quantidade de vegetação
565 que se perdeu e não só que foi por fogo, agora é importante que se conheça cada uma
566 dessas formas de perda de vegetação, porque é perda de vida.

567 Manoel Ailton – Comunidades Quilombolas no que se refere aos subcomitês e a reativação
568 do comitê, sendo o da Chapada Diamantina e o do Oeste, esse da Chapada Diamantina a
569 região de Jacobina que é uma caixa d' água do Itapicuru e também do Salitre e tem visto a
570 todo ano a questão das queimadas em áreas bem estratégicas para conservação da água,
571 todo ano acontecendo e muitas vezes a providência quando chega, o fogo já apagou e tem
572 queimado áreas fundamentais, a exemplo do parque das sete passagens, que inclusive tem
573 um Comitê Gestor da Unidade de Conservação e vem observando também a questão das
574 queimadas em pequenas áreas rurais e somando isso são grandes áreas queimadas. Então
575 o Comitê da Chapada corresponde a toda outra região ou seria importante formar outro
576 subcomitês para que tenha ações mais estratégicas e efetivas.

577 Fabíola Cotrim– Inema pontuou que no que se refere às Universidades, todas foram
578 convidadas a participar do subcomitê há muitos anos. O Bahia Sem Fogo vem desde 2006,
579 infelizmente muitas vezes os educadores não voltam muito para a questão da perda da
580 biodiversidade com relação a incêndio florestal e nos traz essas pesquisas. Hoje o
581 subcomitê do Oeste é reconhecido mundialmente e tem as universidades como membro
582 cativo naquela região, e disse que acredita que falta fortalecimento desse subcomitê da
583 chapada para que as universidades possam trazer alternativas, por exemplo, hoje tem o
584 manejo do fogo que está sendo discutido através de uma legislação no Governo Federal,

585 tudo isso para que se tenha substâncias legais para que a execução seja efetivada em
586 certos biomas. Então assim, cabe a sociedade da Chapada Diamantina, é de
587 responsabilidade dos chapadeiros convocar e sensibilizar as universidades para estarem
588 presentes nas reuniões dos subcomitês. Pontuou que vai rever as convocatórias do
589 subcomitê da Chapada para encaminhar para as Universidades da Chapada Diamantina.

590 Renato Cunha - Gambá complementou a questão do desmatamento com focos de calor,
591 seria interessante também ter a relação entre esses focos e a autorização de supressão de
592 vegetação dada pelo INEMA, deveria ter isso bem claro, pois é responsabilidade do próprio
593 INEMA no avanço desses processos de focos de calor e até o próprio desmatamento. Como
594 é feito o processo de supressão de vegetação, se estar gerando também os incêndios e
595 desmatamentos que muitas vezes são completamente inadequados de serem feitos,
596 gerando mais riscos e esses problemas todos de queimadas avançando no Cerrado e na
597 Chapada.

598 Márcia Telles – INEMA pontuou que é importante deixar claro que não existe nenhum tipo
599 de vinculação do ato legalizado/ autorizativo de autorização de supressão de vegetação –
600 ASV com incêndio, a ASV não é para ser feita com incêndio, não existe isso, se isso está
601 sendo feito é de forma irregular. Esclareceu que como órgão expedidor das autorizações,
602 não está em nenhum momento compondo a autorização que deve ser feita com uso do
603 fogo.

604 Evilásio Fraga – Sindicato de Produtores Rurais de Ibicoara pontuou em relação à vida real
605 no campo, o produtor está na propriedade rural e às vezes é surpreendido com o incêndio e
606 existem várias questões que podem motivar o início de um incêndio que inclusive independe
607 do controle e da vontade do proprietário da terra e às vezes é até arriscado para pessoa
608 combater o fogo sem ser treinado. Então assim, é uma questão que precisa ser colocada
609 como ponto que a sociedade precisa abraçar, pois os incêndios causam danos para a
610 atividade humana e como normalmente esses incêndios ocorrem em área rural, e existem
611 vários níveis de produtores rurais, desde pequenos a grandes produtores, e o que percebe
612 na atuação com os colegiados é que existe um ponto legal que é atribuição do INEMA,
613 IBAMA e Prefeitura de cuidar de determinados aspectos e percebe-se que o Estado tem
614 muitas atribuições e não consegue dar conta de todas, então é muito importante fortalecer a
615 questão da co – gestão até para aproximar a vida real da vida legal, pois se fizer isso
616 provavelmente vai ter menos focos de incêndios, pois as pessoas se apresentaram
617 formalmente procurando orientação de como proceder com a utilização do fogo de uma
618 maneira controlada e que vai causar menos problema.

619 Fabíola Cotrim– INEMA explicou que quando foi implementado o subcomitê da Chapada
620 Diamantina e do Oeste em 2009 foi justamente para trazer a sociedade para colaborar e
621 trabalhar juntamente com o Estado, o Governo Federal e o município para que tenha

622 resultado, lógico que precisa melhorar, mas o programa Bahia Sem Fogo foi crescendo aos
623 poucos, quando as pessoas foram entendendo a necessidade de novas maneiras e cultivos
624 do solo, além de outras experiências que se pode trazer e copilar para a Bahia de melhoria
625 dos Biomas em todas as regiões.

626 Miriã Caetano da Silva – SECEX agradeceu a apresentação pontuou a cerca do papel da
627 CIEA, visto que a SECEX está nos colegiados não poderia deixar de mencionar de quando
628 se fala em educação e inclusive ontem foi à última reunião dessa Comissão Interinstitucional
629 de Educação Ambiental, que tem a coordenação e gestão SEMA/SEC na intenção
630 exatamente de alcançar as escolas, então esse é um ponto importante de se registrar, pois
631 na CIEA está se discutindo ações para o próximo ano junto às escolas e vê como essa
632 Comissão tem um trabalho efetivamente no dia a dia da educação e precisam também
633 desse apoio. Trouxe isso hoje, pois as falas levaram a CIEA que é um colegiado tanto como
634 esse conselho. E inclusive ontem foi colocada a necessidade de trazer para o Cepram e
635 para o CONERH as questões da Comissão para serem reforçadas e chegarem a outras
636 instâncias.

637 Cláudio Mascarenhas – GERMEN queria saber se a sugestão que ele havia dado,
638 anteriormente foi acatada e se pode contar com o retorno trazendo a visão proposta e que
639 se conheça também a área que foi afetada por supressão de vegetação, com ou sem fogo.

640 Leonardo Marques – SIDA/SEMA esclareceu que todas as sugestões serão analisadas e
641 avaliadas, essa inclusive é interessantíssima, pois existe um estudo atualmente de uma
642 correlação entre esse incêndio que teve na Amazônia, com a supressão de vegetação, pois
643 suprime a vegetação e esta fica seca e morta no ambiente, seja por crime ambiental ou feita
644 legalmente e isso acaba sendo combustível. É claro que o Estado não autoriza a supressão
645 de vegetação mediante queima, mas pode sim ficar resto que vira biomassa, a qual pode
646 ser estímulo para incêndios florestais. E este pode ser mais um dado para dar mais
647 subsidio para a atuação do INEMA e da SEMA.

648 Passou-se para o próximo ponto de pauta, referente à apresentação da questão da
649 contaminação do litoral Baiano com o derramamento do óleo bruto.

650 Miguel Calmon Neto – Diretoria de Fiscalização INEMA pontuou que é uma satisfação voltar
651 à reunião do Cepram para apresentar um pouco das ações do INEMA, especificamente em
652 relação à questão do óleo., ações estas que a de que a Diretoria de fiscalização vem
653 assumindo dentro do órgão, junto também com alguns dados que estão ao final da
654 apresentação relacionadas a Diretoria Administrativa e Financeira, por conta de algumas
655 ações que o Estado da Bahia tem assumido no sentido não só de execução propriamente
656 dita, enquanto área técnica, mas também financeira dessa triste tragédia que atinge o litoral
657 brasileiro como um todo. Explicou que vai trazer uma linha cronológica do que aconteceu no

658 que diz respeito ao Estado da Bahia e depois desenvolver as ações e as imagens vão falar
659 muito mais do que o que foi escrito.

660 Informou que desde setembro foram iniciados os monitoramentos das praias, e por uma
661 determinação da Diretoria Geral do órgão foi feita uma emissão de ofício ao IBAMA,
662 solicitando que eles fizessem a inclusão do Estado da Bahia no monitoramento deles e das
663 ações que estavam sendo desenvolvidas naquele sentido, justamente para agir de forma
664 preventiva em relação a essa situação antes que qualquer toque acontecesse no Estado da
665 Bahia. Infelizmente em 03 /10 teve o primeiro toque confirmado em Jandaíra, no município
666 de Conde, inicialmente começando por Mangue Seco, o Inema monitorou juntamente com a
667 Gestora da Apa Litoral Norte e com a comunidade, por ter contato mais próximo. E aí foi
668 desencadeada toda uma ação dos técnicos irem a campo, através do Plantão de
669 emergência do INEMA e não só os técnicos do plantão de emergência, como também todas
670 as outras unidades do órgão foram mobilizadas para acompanhar esse evento. Em 14/10 foi
671 feita através do Governo do Estado, a publicação do decreto Estadual nº 19.288 de
672 emergência dos municípios do Litoral Norte que aderiram foi Jandaíra, Conde, Esplanada e
673 Lauro de Freitas. É importante frisar que o que vem se conseguindo de êxito em relação a
674 essas ações, é a ação conjunta dos órgãos e comunidades, isso é indiscutível. Em 28/10 foi
675 iniciada a remoção desses resíduos que foram coletados pelas prefeituras, pelos órgãos
676 parceiros CDA, Petrobras, Corpo de Bombeiros e começa a promover a destinação desses
677 resíduos para um local adequado, retirando então dos municípios que foram afetados. Em
678 29/10 teve a publicação do decreto estadual 19.305, em que envolve alguns municípios do
679 Sul do Estado começando por Itaparica, Valença até a região de Belmonte, esses
680 municípios estão na maioria dentro desse decreto de emergência para o Sul do Estado e as
681 ações continuam desde então. O órgão planeja suas ações de acordo com a distribuição
682 das suas unidades regionais, localizadas nas seguintes regiões: Litoral Norte, Salvador,
683 Baixo Sul e Sul e Extremo Sul, diante disso faz as ações de monitoramento diário nas praias
684 afetadas, assim como contatos com as prefeituras para saber como está a situação, se
685 houve toque, se não houve, qual a necessidade de apoio, além das visitas as praias, sendo
686 essas ações desenvolvidas por um efetivo de quase 40 técnicos nessas unidades
687 mencionadas sede, Sul, Baixo Sul e extremo Sul, englobando técnicos das demais unidades
688 regionais do órgão também foram destacados para poderem ir para essas áreas e fazer o
689 atendimento dessas demandas em virtude da grande concentração de atividades a serem
690 desenvolvidas, para saber como está a situação e informar a Sede do INEMA para que seja
691 adotada as medidas cabíveis. Destacam-se como principais ações e atividades
692 desenvolvidas pelo INEMA: aquisição de EPIs e materiais; recebimento e distribuição de
693 EPI'S, um fato importante que este evento trouxe foi à união coletiva, o órgão tem recebido
694 muita doação de EPI'S e de materiais, então o INEMA junto com a SEMA e a Defesa Civil

695 tem coordenado esse recebimento e a distribuição desses equipamentos, mas infelizmente
696 ainda continua tendo os toques e ainda tem a necessidade de continuar fazendo nesse
697 momento a aquisição de fato desse material para se proceder com a distribuição, já que o
698 que recebeu de doação na sua grande maioria está se esgotando.; participação nas
699 reuniões do Comando Unificado o qual tem representações dos seguintes órgãos: SEMA,
700 INEMA, Corpo de Bombeiros, Marinha, Exército, Universidades, comunidades para poder
701 acompanhar essa situação e deliberar pelas ações que são necessárias no momento;
702 vistorias aos estuários do Litoral Norte com especialistas do ITOPF (Organização
703 Internacional dos proprietários de navios petroleiros), a qual é focada nesses atendimentos
704 a situações de emergência relacionadas a derramamento de petróleo, então alguns desses
705 especialistas vieram para o Brasil e foram feitas algumas visitas nos estuários do litoral
706 Norte, começando pelo município de Jandaira até a foz do rio Joanes; acompanhamento
707 dos mergulhadores das marinhas nas visitas aos estuários do litoral nordestino em especial
708 aqui na Bahia o inema acompanhou, foram feitos alguns mergulhos na região de Itacaré e
709 Comurujatiba e o objetivo deles é saber o que houve de entrada de óleo nesses estuários só
710 que agora focado na parte sul e fazendo avaliação mais profunda do que tem lá na parte
711 debaixo dos rios; elaboração de cartilhas e documentos técnicos para orientar as
712 comunidades, quanto a forma de armazenamento e coleta desses resíduos, essa cartilha foi
713 distribuindo e colocada nas suas redes sociais para consulta das prefeituras, das
714 comunidades; além das coletas de água que o INEMA tem a publicação semanal dos
715 boletins de balneabilidade e foram adicionados alguns elementos a mais, especificamente o
716 HPA para saber da existência desse elemento que é o que compõe na sua grande maioria o
717 hidrocarboneto, em relação as coletas que foram feitas pelo órgão no litoral baiano e isso
718 vem sendo publicado também a medida que os resultados chegam. Pontuou que houve uma
719 grande mobilização das comunidades locais e o apoio do Corpo de Bombeiros que foi de
720 grande importância para auxiliar na coleta do material que chegou às praias, naquele
721 momento a destinação era acomodar o resíduo da forma que tinha e depois foi conseguindo
722 lugares para colocar o material recolhido. Informou que no Litoral Norte não foi observado à
723 entrada de quantidades significativas de resíduos nos manguezais e nos estuários, mas já
724 nos estuários do Sul e extremo Sul do Estado sabe que tem acontecido isso. No que diz
725 respeito às ações que estão sendo desenvolvidas pela Diretoria Administrativa e Financeira
726 do órgão, especificamente, no apoio e na execução propriamente dita da destinação dos
727 resíduos, como o INEMA tem agido nesse sentido junto aos municípios que foram atingidos
728 pelo recebimento das manchas de petróleo. Até o momento já foram feitas as coletas em 10
729 municípios dentre eles, Jandaíra, Conde, Esplanada, Entre Rios, Lauro de Freitas, Cairu,
730 Ituberá, Maraú, Una e Canavieiras e está com planejamento de na semana que vem se tudo
731 der certo iniciar na região do extremo Sul, hoje a tarde será definida a logística e se vai ser



732 iniciado por Belmonte ou Porto Seguro. Então já se tem uma extensão total de 326,04 KM
733 de linha de praia desses municípios que foram atendidos a partir da destinação final desses
734 resíduos, até a data de 28/11 já foram coletadas 248 toneladas de resíduos desses
735 municípios, quase 250 toneladas, sendo que arriscaria dizer que isso não representa nem
736 50% do que ainda tem que retirar dos outros municípios. Especificando por região em
737 Jandaira e Mangue Seco foi coletado 19.700 Kg de resíduos, sendo que as coletas foram
738 realizadas pelos representantes dos municípios e do corpo de bombeiros; no município de
739 Conde foi coletado 56.610 Kg de resíduos, foi uma quantidade expressiva. Frisou o apoio
740 que a CERB tem dado nessas ações, tem sido fundamental nas retiradas desses resíduos,
741 pois a instituição cedeu os caminhões para fazer a logística de retirada e destinação desses
742 resíduos dos municípios, pois é necessário um caminhão que tenha um munque que é
743 aquele braço articulado, para pegar o BEG e colocar em cima do caminhão; no município de
744 Esplanada foi coletado da praia de Baixo 5.620 Kg de resíduos; no município de Entre Rios
745 foi coletada 42.040 Kg de resíduos entre as praias de Subáuma, Porto de Sauípe e
746 Massarandupió; no município de Lauro de Freitas foi coletada 11.320 Kg de resíduos; no
747 município de Cairu tem uma especificidade bem difícil, e o INEMA está operando lá até hoje
748 que é o problema das Ilhas, então Boi Peba, Itinharé e Morro de São Paulo é uma
749 dificuldade muito grande fazer a remoção desse material e a quantidade que chegou e
750 chega até hoje naquela região é muito grande e persistente, foi coletado 9.210 Kg de
751 resíduos inicialmente, porém ainda tem mais para ser retirado. Pontuou que a logística de
752 Cairu consiste na contratação de balsas para poder retirar esses resíduos das ilhas e para
753 isso anteriormente, foi feito alinhamento com o pessoal da marinha e da prefeitura e depois
754 o resíduo vai para Valença onde estará o caminhão da CERB aguardando para retirada e a
755 destinação final do resíduo. Pontuou que tem sido uma ação desgastante, é necessário
756 ajustar isso com o tempo da maré e a quantidade de horas para que seja possível realizar a
757 navegação sem oferecer nenhum tipo de risco; no município de Ituberá foi coletado 20.070
758 Kg de resíduos; no município de Maraú foi coletada 52.730 Kg de resíduos; no município de
759 Una foi coletada 11.320 Kg de resíduos; no município de Canavieiras foi coletada 8.590 Kg
760 de resíduos. Ressaltou que todos os custos dessas ações estão sendo do Governo do
761 Estado da Bahia sem nenhum tipo de apoio financeiro para custear essas ações do Governo
762 Federal. Pontuou que tem sido ações árduas, difíceis do ponto de vista técnico, e
763 operacional de se executar em campo, os resultados operacionais e logísticos apresentados
764 demonstram o tamanho desse dano para o Estado e isso não está considerando o que
765 chegou em costão rochoso e que está lá e o Corpo de Bombeiros está fazendo a limpeza,
766 de fato são ações muito difíceis e que o INEMA está aprendendo e fazendo. Ressaltou que
767 nessas ações houve um esforço coletivo de todos os envolvidos, então existiu a união para
768 tentar solucionar mais rápido e da melhor forma possível essa situação, que é sem dúvida

769 um desastre sem precedentes. Finalizou a apresentação e se colocou a disposição para
770 esclarecer qualquer dúvida.

771 Severino Agra – UFBA pontuou que essas ações de coleta é o mínimo, parece estar
772 enxugando gelo. Queria saber mais os verdadeiros danos, que é o que não está vendo na
773 praia, a exemplo, quanto de pesca está deixando de ser realizada; como está o
774 monitoramento na pesca e nas pessoas que estão colaborando nisso, se tem alguém
775 acompanhando; tem alguma forma de medir o que entrou no estuário, que tipo de
776 monitoramento é esse é visual ou por análise química; que atendimento está sendo dado
777 para os pescadores, foi solicitado pelos governadores uma ação conjunta para o IBAMA de
778 apoio a esses pescadores; e outras iniciativas perante o Governo Federal, que medidas
779 estão sendo tomadas para que esse monitoramento seja feito com mais antecedência,
780 essas iniciativas tem que ser em paralelo, pois enxugar gelo dar canseira; e qual o destino
781 de todo esse óleo que estar sendo coletado. Então precisa saber se o Governo do Estado
782 está se articulando com os outros Estados para cobrar uma ação do Governo Federal e
783 também promover as ações no Estado.

784 Miguel Calmon Neto – INEMA esclareceu que não tem o mesmo conhecimento amplo sobre
785 o plano de gerenciamento e o INEMA tenta fazer as ações sempre lastreadas pela
786 legislação. Grande parte da competência que foi citada é do Governo Federal, por exemplo,
787 a colocação de bóia em alto mar o INEMA não possui instrumentos e nem competência
788 legal para agir nesse sentido, então no que diz respeito a essas ações voltadas para o mar,
789 o estado tem feito muito do que tem sido orientado pela Marinha do Brasil. Pontuou inclusive
790 que acompanhou uma ação que foi feita no estuário do Pojuca em que foi colocada bóias de
791 contenção de fato, mas impedindo de chegar ao estuário, em alto mar isso não foi feito. O
792 que tem sido dito pelos especialistas, que está sendo amplamente divulgado na mídia e na
793 comunidade é que esse óleo navega a uma profundidade de 06 a 10 metros e que não
794 consegue ser visualizado a olho nu, só consegue realmente isso através de tecnologia,
795 porém o Estado da Bahia não tem disponibilidade orçamentária ou até legal para
796 providenciar isso via satélite ou coisa do tipo. Ressaltou que dentro do possível o INEMA
797 tem agido com excelência no continente. Em relação à questão do pescado, a Bahia Pesca
798 dentro da estrutura do Governo ficou com essa responsabilidade de ação, então
799 infelizmente não pode dizer o que vem sendo encontrado nessas pesquisas, mas disse que
800 sabe que a Bahia Pesca ficou sim de fazer isso e vem fazendo levantamentos, inclusive
801 junto com o Corpo de Bombeiros de cadastramento dos pescadores para justamente fazer
802 algum tipo de ação junto ao Governo Federal para buscar as medidas auxiliares possíveis,
803 como pagamento de auxílio defeso. Então no que diz respeito à identificação e análise do
804 pescado está a cargo da Bahia Pesca. E a saúde do trabalhador também foge um pouco da

805 responsabilidade enquanto INEMA, mas sabe que a Secretaria de Saúde está envolvida
806 dentro do Comando Unificado para poder atuar nesse sentido.

807 Márcia Telles – INEMA destacou que a grande normativa legal que poderia estar tratando de
808 forma mais qualificada a questão do toque do óleo é o Plano nacional de
809 contingenciamento, o qual foi publicado em 2013 e dentro do plano nacional existem
810 diversas ações, diretrizes, estruturas, recursos que deveriam ter sido acionados com o plano
811 nacional de contingenciamento. Existe um grupo de avaliação e acompanhamento que
812 funciona no segundo distrito naval e compõe esse grupo o IBAMA, a Marinha e ANP –
813 Agência nacional de Petróleo e a partir daí logo no primeiro toque de óleo na praia foi
814 instaurado e se reúne de forma sistemática no INEMA. O Comando Unificado que tem a
815 representação de vários órgãos, inclusive a UFBA que é de extrema importância, pois
816 contribui de forma muito efetiva nas ações de contenção, testando redes, malhas, etc e
817 também faz parte desse comando e tem informações de todas as ações que estão sendo
818 colocadas. O Governo Federal alegou que o plano nacional de contingenciamento foi
819 acionado, mas nenhum Estado do Nordeste reconhece esse acionamento, porque em
820 nenhum momento foi comunicado disso, portanto as estruturas que por ventura poderiam ter
821 sido acionadas elas não foram, o consórcio do Nordeste que congrega todos os nove
822 Estados liberaram um ofício de todos os estados fazendo esse pleito da formalidade do
823 acionamento do plano nacional de contingenciamento ao Governo Federal, então isso está
824 sendo tratado em nível de governadores. Dentro do próprio Comando Unificado vários
825 ofícios saíram para o Grupo de Avaliação e Acompanhamento solicitando a instalação de
826 barreiras, vistorias, monitoramento, uma série de pedidos que foram feitos tanto ao IBAMA,
827 quanto a Marinha e a ANP e o único acionamento efetivamente colocado foi que os planos
828 de áreas específicos de Manati, o da BTS uma pequena parte, e o plano de área de Aratu
829 ainda assim com a não utilização das estruturas totalmente contempladas nos planos
830 específicos de áreas. A Defesa Civil também compõe o comando unificado e fez um pleito a
831 Defesa Civil Nacional para decretação de emergência, solicitando recursos para aportar nos
832 Estados e Municípios que são mais atingidos. O Corpo de Bombeiros por sua vez fez
833 solicitação de equipamentos e já foram distribuídos mais de 15 mil kits de equipamentos de
834 proteção individual. Então o que o Estado da Bahia e todos os outros nove Estados do
835 Nordeste pleiteiam é porque o plano nacional de contingenciamento não foi acionado.
836 Pontuo que o INEMA fez a coleta das praias, das biotas e dos sedimentos na área dos
837 estuários, o INEMA teve também uma avaliação parcial da qualidade da coleta de água das
838 praias, mas ainda não teve o resultado da coleta de água dos estuários e manguezais. Toda
839 praia que foi impactada está sobre um processo de análise e assim que as análises forem
840 concluídas os resultados serão liberados. Como foi dito a questão dos pescados está com a
841 Bahia Pesca e eles devem estar finalizando o cadastro e a questão da Saúde também



842 compõe o comando unificado, assim como a Bahia pesca e essas informações são
843 passadas de forma recorrente no comando, inclusive com relação ao acompanhamento da
844 saúde do trabalhador. Diante dos questionamentos, sugeriu que a Bahia Pesca e a SESAB
845 pudessem dar uma devolutiva ao Conselho sobre as questões que estão sobre as suas
846 responsabilidades. Disse que foi informada que saiu ontem, 28/11 uma medida provisória
847 908 que institui o auxílio emergencial pecuniário para os pescadores profissionais artesanais
848 escritos e ativos no registro geral da atividade pesqueira domiciliados nos municípios
849 afetados pelas manchas de óleo, então é uma medida provisória que saiu e isso de uma
850 certa forma, pelo tipo de situação que eles estão passando de muita dificuldade isso talvez
851 represente um avanço. Quanto à destinação dos resíduos, desde o primeiro toque o INEMA
852 tem se adiantado com a questão do resíduo, o ideal era que esse resíduo fosse utilizado de
853 forma legal e absolutamente controlada em uma incorporação de cimenteira. Houve alguns
854 problemas quanto a isso, porque o óleo que é coletado é misturado com areia, tem sal,
855 então até nas empresas de refino se teria que ter uma blindagem e limpeza desse material,
856 mas o que conseguiu foi a destinação para um aterro de resíduo de substâncias perigosas
857 em São Sebastião do Passé, devidamente licenciado que tem um tratamento específico e
858 adequado para esse tipo de material já para disposição final. O que o Estado queria era
859 uma incorporação e reutilização desse material, mas isso demandaria algumas ações
860 específicas que algumas empresas não se interessaram pelo custo que estaria envolvido na
861 separação desse material.

862 Miguel Aciolly – UFBA a questão desse óleo realmente é extremamente complexa, pois a
863 responsabilidade maior é Federal. Por quanto tempo o Estado acha que ainda vai ficar
864 chegando óleo, principalmente alguns pontos como Morro de São Paulo, Itapicuru,
865 Canavieiras e Bahia de Camamu que coincidem exatamente com os cânions que a Bahia
866 tem na plataforma continental e são os lugares que mais chegaram óleo também, enfim isso
867 pode demorar muito tempo. Essa semana mesmo disse que conversou como o comando
868 da Espanha e foram nove meses chegando óleo na praia, de um acidente que teve com um
869 óleo com tipo parecido com este que chegou no litoral do nordeste. Diante disso, queria
870 saber quais as ações são pensadas pela SEMA e pelo INEMA para gerir daqui para frente
871 alguns aditivos de crime ambiental que tenham acontecido, com alguns prefeitos terem
872 negligenciado o depósito de óleo, deixando óleo na área da praia ou próximo a restinga
873 sem proteção e principalmente se tem em mente alguma ação para a recuperação e
874 remediação das áreas afetadas, especialmente manguezais, mas também as praias que
875 tem bastante óleo entranhado na areia, a aparência da praia é que está limpa, mas ao entrar
876 em contato com a areia ainda percebe-se que tem óleo, se pensa em fazer alguma coisa
877 nesse sentido, acionando ou não o Governo Federal, mas enfim é o meio ambiente Estadual
878 que está em jogo. Outro ponto é se o Estado pensa em fazer um monitoramento de



879 médio/longo prazo do impacto ambiental que fica com a contaminação do óleo em áreas
880 mais críticas, não só da água, mas do ambiente como um todo, do ecossistema em si?
881 Questionou se o Estado está pensando em alguma preparação preventiva de brigadas para
882 novos acidentes seja por recorrência daqui a dois meses ou novos derramamentos que
883 podem acontecer e o Governo Federal ser novamente negligente.

884 Renato Cunha – Gambá esse crime ambiental tem que ser tratado de uma forma
885 emergencial, concordou com toda preocupação e reivindicação do plano nacional de
886 contingenciamento não foi aplicado na hora certa e se foi aplicado foi muito atrasado e de
887 maneira paliativa. Pontuou que a responsabilidade do Governo Federal é grande nessa
888 história, inclusive desconfia-se que já deve saber a origem disso, porém não foi divulgado
889 para a sociedade. Pontuou que o Gambá junto com o laboratório Marsol elaborou um
890 manifesto com os vários considerandos tanto da origem, quanto a questão da preocupação
891 com o combate, com o controle, monitoramento, com a questão dos pescadores, a questão
892 da saúde das pessoas que tiveram contato com o óleo. Questionou o pessoal da saúde de
893 como vai ser feito o monitoramento dessas pessoas que tiveram contato com o óleo daqui
894 para frente, daqui a cinco à dez anos, porque o risco de contaminação que essas pessoas
895 podem ter agora é mais grave e agudo, porém podem surgir doenças ao longo da vida. É
896 claro que o Miguel apresentou as atividades do INEMA, mas o CEPRAM como Conselho
897 Estadual do Meio Ambiente tem que ter uma avaliação geral disso. Pontuou que como
898 sociedade sentiu falta de mais transparência das informações do que o Comando Unificado
899 estava exatamente fazendo, as ações gerais de todas as instituições que compõem este
900 Comando. Diante disso, sugeriu a elaboração de um relatório do Comando Unificado
901 constando todas as ações desde sua criação em 11 de outubro de 2019 e seja divulgado
902 para a sociedade. Pontuou que com essa situação os pescadores e as marisqueiras são os
903 maiores atingidos, porque eles estão com uma vulnerabilidade de sobrevivência enorme,
904 pois eles não podem pescar, não estão comendo direito e não tem ninguém que dê apoio e
905 sugeriu que use os cadastros das RESEX para viabilizar o benefício assistencial
906 emergencial. O Cepram tem que ter a responsabilidade de acompanhar isso e tomar as
907 medidas necessárias e diante disso falou da necessidade de ter uma reunião do Conselho
908 onde cada órgão envolvido nessa situação esclareça e pontue suas ações.

909 Marjorie Nolasco – UEFS parabenizou o INEMA por ter vindo ao Conselho mostrar as ações
910 que foram realizadas. Pontuou que foi a primeira vez que viu dados mais concretos vir a
911 público e gostaria que esses dados tivessem maior divulgação e exposição, inclusive dos
912 outros órgãos envolvidos fosse feito, ele é importante não só para prestar contas a
913 sociedade, mas em especial para que essa sociedade tendo dados mais consistentes possa
914 estar atenta ao que vai acontecer, mas também não se assustar tanto nem tão pouco.
915 Ressaltou que reconhece que deve estar tendo uma guerra intestina dentro do Estado sobre

916 a divulgação ou não divulgação, em função dos rebatimentos turísticos, mas disse que ser
917 sincero nessa hora, internacionalmente pode render processos turísticos mais interessantes,
918 do que deixar que as pessoas cheguem e adoeçam por este ou aquela falta de informação.
919 Solicitou que quando o INEMA falasse sobre a questão do óleo fosse destacada a
920 importância e o envolvimento direto das comunidades, ou seja, que esse não foi um volume
921 tirado pelos Bombeiros e pelo INEMA, esse volume todo foi retirado e disposto para ser
922 transportado pelas pessoas, porque com isso se destaca a questão da saúde e a
923 importância desse cadastro para o acompanhamento dessas pessoas, não é justo que elas
924 se tornem heróis de um Estado que não dar a mínima atenção para elas e infelizmente para
925 o Estado seria Federação, mas é a realidade do Estado da Bahia, portanto não adianta ficar
926 escamoteando que a Federação tem que fazer, porque ela não fez e não vai fazer. Outra
927 questão importante para o INEMA pensar se espectrorradiometria de água não poderia
928 ajudar na detecção de óleo a meia água. Informou que não tem muita experiência e que
929 trabalha com espectrorradiometria de corais, mas talvez aja uma possibilidade e existem
930 pessoas trabalhando com isso no Rio Grande do Sul e existe a possibilidade de detecção de
931 modificações na água, então esse seria um caminho. Outra questão preocupante e que não
932 foi falada é sobre Abrolhos e solicitou informações. Como vai fazer para reconstituir esses
933 complexos de recifes que são muito importantes e únicos no Brasil. Além disso, entendeu
934 que estar tendo algum apoio da Marinha, o INEMA já pensou na possibilidade de solicitar
935 navios cargueiros, ou seja, a parte das ilhas é melhor sair para o mar com as barcas para
936 entregar a um navio cargueiro de óleo e ele subir para Salvador, do que entrar para Costa,
937 implica mais risco, pois qualquer acidente com as balsas amplia o problema. Pontuou a
938 importância da proposta das brigadas, talvez poderia ser vista a experiência das brigadas de
939 incêndios e organizar brigadas de controle oceânico ou costeiro até que isso termine,
940 envolvendo aí sim os pescadores, as marisqueiras e seria uma forma de trabalhar a
941 compensação pela ausência do processo de trabalho e sobrevivência deles.

942 Cláudio Mascarenhas – GERMEN solicitou que constasse em ata que se está questionando
943 esse modelo de reunião, onde se passou a manhã toda discutindo muitas de dez anos atrás
944 e depois já com o horário estourado entra em temas tão importantes e sérios quanto esses
945 que está se discutindo agora e insistiu rever o modelo da reunião. No que se refere ao óleo
946 frisou a importância da transparência das informações e da importância disso chegar à
947 sociedade e acrescentou a questão dos alimentos, as pessoas precisam saber realmente
948 que grau de riscos estão enfrentando ao consumir essa ou aquela espécie, isso está
949 impactando muitas vezes em situação de comércio e da própria economia que interessa a
950 todos e que muitas vezes injustamente muitas coisas devem não estar sendo consumidas e
951 que não precisaria estar. No debate na UFBA a escola de Nutrição tem dado uma
952 contribuição sobre isso e já possuem alguns estudos a respeito disso e sinalizou a

953 importância de chamar para se ter essa avaliação de forma mais clara para sociedade,
954 porque termina impactando no pescador que não estar vendendo nada. Outro ponto refere-
955 se a custos, solicitou saber do Comando Unificado se todos esses custos estão sendo
956 computados, horas trabalhadas por todos seja do Estado ou não, pois imagine na
957 possibilidade de um dia o Governo Federal tome vergonha e vá cobrar realmente quem de
958 direito, o Estado da Bahia e todo a aparato que foi movimentado tem que ser remunerados e
959 ressarcidos os custos. Outro ponto é aproveitar essa questão dramática e registrar mais
960 uma vez a importância de se repensar a matriz energética, pois está se falando de petróleo
961 e esse petróleo que está incomodando todo mundo é o mesmo que está sendo queimado no
962 motor para combustão do automóvel e é o mesmo que está sendo visto para a salvação do
963 Brasil de explorar o Pré – sal, exploração essa que aumenta enormemente o risco de novos
964 acidentes como esse acontecerem. Então mais do que nunca está na hora de fortalecer a
965 reivindicação de que se acelere o máximo possível a substituição, mesmo que seja parcial
966 ou um período de transição, mas tem que sair dessa economia do petróleo e já tem
967 condições de sair em uma serie de coisas, o automóvel, por exemplo, na Europa e nos
968 Estados Unidos hoje em dia cada vez menos usa motores a explosão e cada vez mais
969 motores elétricos e aqui no Brasil se sobretaxa o motor elétrico e se dar isenção de imposto
970 para motor a combustão para fazer a alegria da indústria automobilística.

971 Evilásio Fraga – Sindicato de Produtores Rurais de Ibicoara perguntou se existe alguma
972 informação dentro do grupo que está acompanhando o Governo da possível fonte que
973 causou a contaminação?

974 Ana Livia – SEDUR informou que a SEDUR foi convocada pela Casa Civil para fazer parte
975 do universo de tentar encontrar locais de armazenamento e locais estratégicos para
976 armazenamento temporário do óleo coletado nas praias e foi feita uma visita juntamente
977 entre a SEDUR, CONDER e INEMA em quatro municípios do litoral norte entre 16 e 18 de
978 outubro e nestas visitas pode-se perceber o desespero das pessoas e também a união de
979 todos pela mesma causa.

980 Miguel Calmon Neto – INEMA esclareceu que ainda está no momento da crise e o INEMA
981 está agindo para tentar conter de fato o dano que está aí, mas o que se vê dentro da
982 estrutura e o que tem presenciado é que essas ações futuras tanto de remediação, quanto
983 de monitoramento contínuo, quanto também de estruturação para ações preventivas no
984 caso de ausência do Poder Federal, elas estão sendo iniciadas, então assim, está sendo
985 pensado de fato que precisa-se evoluir nesse sentido, mas ações preventivas concretas
986 para isso ainda não foram iniciadas. Enfim, o Governo do Estado tem agido no sentido de
987 tentar captar tanto recurso, quanto a realização de um evento para tentar agir nessas ações
988 de remediação e identificar a necessidade de monitoramento para que se possa enquanto
989 Estado pensar em ações efetivas e políticas que venham atender essa situação. No que se



990 referem aos óleos enterrados, nas vistorias do pessoal do ITOPF nos estuários do Litoral
991 Norte eles sugeriram exatamente duas coisas e uma delas já vem sendo feitas, a questão
992 do mergulho nos estuários, então a Marinha já iniciou isso nos estuários do Sul e Extremo
993 Sul. E outra coisa que eles falaram é que eventualmente a cada cinco metros ir lá e fazer
994 uma escavação na linha de praia para poder saber se tem material enterrado, isso está
995 dentro do documento que foi produzido pelo INEMA em conjunto com o ITOPF e esta
996 possibilidade está sendo analisada. Pontuou que o manifesto feito pelo Gambá e outras
997 instituições é muito importante e disse que o professor Miguel Accioly se sentir a vontade
998 seria interessante levar esse documento para conhecimento do Comando Unificado, para
999 ser discutido, analisado e proposto enquanto ação dentro das estruturas de governo que
1000 compõem o Comando Unificado. Quanto à participação da comunidade pediu desculpas se
1001 não deixou isso claro, com certeza foi à ação primordial, efetiva no campo foi à ação das
1002 comunidades, isso é indiscutível e inegável de fato. Com relação à espectrorradiometria
1003 disse que não tem conhecimento, mas registrou para levar para dentro do INEMA para
1004 quem tiver conhecimento e avaliar essa possibilidade. No que se refere a Abrolhos, quando
1005 se iniciou a suspeita de que o óleo ia chegar em Abrolhos o INEMA junto com o IBAMA, o
1006 ICMBIO e a Força Aérea Brasileira fez um sobrevôo pela região, foi um primeiro momento
1007 para se conhecer e avaliar de fato o que tinha sido feito. Essas ações de monitoramento e
1008 remediação, confessa que particularmente, não tem conhecimento de que elas foram
1009 iniciadas a nível de ação, mas estão sendo pensadas e com certeza Abrolhos ainda que
1010 competência Federal por causa do Parque, mas estando dentro do território estadual o
1011 Estado tem que de fato estar envolvido nessas ações. Com relação ao cargueiro registrou
1012 que a Marinha e os fuzileiros navais tem agido, tem visto o IBAMA junto na ponta atuando,
1013 assim como o ICMBIO, em relação a essa ação das ilhas foi solicitado o apoio da Marinha,
1014 esta foi comunicada dessa ação e da necessidade, foi comunicada que o INEMA ia fazer a
1015 contratação das balsas, foi pedido apoio de embarcação da Marinha, mas o que a Marinha
1016 colocou a todo momento é que ela dispõe de navio de guerra e que ela não tem
1017 embarcação para fazer esse tipo de ação.

1018 Márcia Telles – INEMA pontuou que teve um questionamento no grupo de avaliação e
1019 acompanhamento no segundo distrito naval do direcionamento do resíduo que seria feito
1020 pelo Estado, e durante algum tempo entrou em contato com o Almirante Silva Lima o
1021 comandante e líder do segundo distrito e ele informou que estava tentando trazer algumas
1022 embarcações de pequeno calado do Rio de Janeiro para ajudar nessa logística, isso não foi
1023 possível até pela própria distância e tinha que tomar uma providência mais imediata porque
1024 o resíduo já tinha acumulado de forma muito significativa nas ilhas e precisava fazer uma
1025 ação para a retirada desse resíduo, então essa ação ainda que tivesse mandado todos os
1026 pontos com coordenadas quanto tinha de resíduo, a onde tinham os resíduos, o INEMA não



1027 teve um auxilio na logística de retirada, o que se teve de auxilio da Marinha foi a presença
1028 dos fuzileiros que lá estavam para ajudar os técnicos que estavam para retirada desse
1029 material e havia sido solicitado também a Capitania dos Portos que fosse fazer uma
1030 avaliação na balsa, porque ainda que tivesse feito uma avaliação técnica de suporte da
1031 balsa a Capitania dos Portos tinha que autorizar a ação de carregamento de resíduos, isso
1032 foi feito e a partir daí iniciou-se as atividades com recursos e custos absolutamente do
1033 Governo do Estado. Então a Marinha não participou efetivamente da logística por causa dos
1034 equipamentos dela que não tinha condição de entrar nas áreas que necessitava de
1035 embarcações de baixo calado.

1036 Miguel Calmon Neto – INEMA no que se referem aos custos, estes estão sendo
1037 contabilizados pelo Estado, existe planilha em que são preenchidas todas as informações de
1038 gastos para de fato ter a computação final dos custos totais desta ação. Quanto da possível
1039 fonte que causou a contaminação, ainda não se sabe, mas a Marinha e a Polícia federal
1040 está trabalhando com três linhas basicamente: afundamento de navio pirata e com esse
1041 afundamento o óleo teria submergido, porém eles praticamente descartam esta
1042 possibilidade; exsudação do material de algum campo petrolífero que tivesse sendo também
1043 explorado naquela região e esta também eles praticamente descartam essa possibilidade; o
1044 que de fato eles aventam e estão trabalhando nesta tentativa de identificar e descobrir é de
1045 alguma operação equivocada do navio naquele momento de transporte do material ou troca
1046 de óleo entre uma embarcação e outra e é essa linha que eles estão trabalhando para
1047 identificar.

1048 Miriã Caetano da Silva – SECEX informou que as duas apresentações serão enviadas
1049 posteriormente pela SECEX para os conselheiro. E como havia dito houve ontem um
1050 compromisso e um espaço dado para que a CIEA apresentasse aqui também um manifesto.

1051 Bernadedth Rocha – CIEIA pontuou que foi feita pelos representantes da CIEA uma moção
1052 de apoio baseado no documento que Renato se referiu, então a moção de apoio ao
1053 documento é mais especificamente direcionada as ações educativas, pois não há mudança
1054 de atitude sem um conhecimento e sem educação ambiental e também, tem-se consciência
1055 de que a educação ambiental é que pode alcançar o conhecimento, o coração e a atitude
1056 das pessoas até para que elas se protejam. Esclareceu também que essa moção de apoio é
1057 também direcionada, especificamente aos pescadores e marisqueiras, porque eles não
1058 podem esperar, a fome deles é hoje, então tem que ser uma ação mesmo de governador e
1059 por isso que a moção da CIEA foi direcionada ao Governador e solicitou também a Manoel
1060 Ailton que entregue essa moção também ao Comando Unificado que é também quem pode
1061 efetivamente nesse momento agir. Aproveitou a oportunidade e disse que a CIEA está
1062 encaminhando para o CEPRAM também uma outra necessidade e essa é do Estado da
1063 Bahia que está vencendo os prazos para os municípios terem suas políticas municipais de

gestão integrada de resíduos sólidos e a CIEA está fazendo uma recomendação que será encaminhada para o Conselho para que ela vire resolução com orientações aos municípios para eles elaborarem os seus planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos e se o conselho necessitar a participação da CIEA quando essa minuta chegar aqui, se colocou a disposição pois está no município colocando em prática o que vem nessa recomendação da CIEA para que o CEPRAM aprecie e faça virar resolução.

Ana Livia – SEDUR esclareceu que a política nacional de resíduos estabeleceu o prazo de elaboração dos planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos e expirou em 2014 e isso nunca foi adiado, é um projeto de lei ainda nem discutido e aprovado, ele continua perpetuando o prazo inicial de instituição da lei em 2010 e 2014 o prazo final.

Luiz Vitor – IDEIA pontuou que o prazo de fato de elaboração dos planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos expirou e a questão do recurso se o prazo não tivesse expirado o Governo Federal teria bancado os projetos apresentados, só que os projetos não foram apresentados e a alegação de que não há recurso não subsiste.

Miriã Caetano da Silva – pontuou que foi feita na SECEX uma apresentação das atividades do CEPRAM nesse ano de 2019 e consultou se os conselheiros concordam que seja feita hoje ou na primeira reunião de 2020.

Severino Agra – UFBA esclareceu que no que ocorrer tem alguns pontos para serem colocados e por conta disso mesmo que a apresentação fosse bem rápida, seria um tempo precioso, pois tem várias pendências que a sociedade civil quer colocar e que esse ano não conseguiu esgotar, então tem uma lista de questões que o Renato Cunha vai lê depois e se dê tempo faz a apresentação, mas a sugestão de fazer a apresentação no próximo ano é melhor, porque consolida o ano primeiro para depois falar do que aconteceu. E uma questão central também é se consegue iniciar as reuniões o mais cedo possível no ano de 2020. Então tem que ter o calendário de reuniões do próximo ano, mas espero que não fique para depois do carnaval.

Miriã Caetano da Silva – SECEX quanto ao calendário realmente fica vinculado à questão da abertura do orçamento. E quanto aos pontos a SECEX estava atenta ao que ocorrer e já tem aqui alguns pedidos registrados e chegou-se a conclusão que muitos estão na previsão que está na apresentação, que é a previsão de câmara técnica e quando isso seria discutido a partir do planejamento. Mas tudo bem, se aqui decidir agora que a apresentação deve ficar para a próxima reunião, efetivamente o que vai ocorrer é isso, provavelmente alguns pontos trazidos eles estão já recepcionados na previsão das câmaras técnicas do ano seguinte. Miriã perguntou se passa para o que ocorrer e todos concordaram.

Renato Cunha – Gambá pontuou que tem que ser revista a dinâmica da reunião, disse que deve se preparar para reunião o dia todo, pois a sociedade civil gostaria de aprofundar mais sete pontos, porém não vai dar para fazer se só tiver mais um tempinho, mas vale a pena ao

1101 menos pontuar algumas questões que estão pendentes há muito tempo e outras que
1102 surgiram agora também. Informou que colocaria os pontos e depois passava a palavra para
1103 os companheiros que vão falar mais um pouco sobre cada uma das questões. Uma questão
1104 refere-se aos empreendimentos no Oeste. Amanda Silva – ADES como foi visibilizado pela
1105 operação Faroeste e a investigação dessa venda de decisões judiciais no Tribunal de
1106 Justiça em primeira e segunda instância tem ligação direta com questões que a Ades tem
1107 questionado a anos aqui no Conselho, envolvendo inclusive diretamente o Condomínio
1108 Cachoeira do Estrondo, que é um caso famoso e que a ADES recorrentemente tem aqui
1109 questionado e solicitado um posicionamento também do INEMA. Diante de todas essas
1110 questões e de não haver mais como o INEMA dizer que não tem conhecimento de que
1111 essas terras estão sobre litígio, solicitou ao INEMA qual a postura do órgão nessas áreas
1112 envolvidas nessa investigação Faroeste, ou seja, o INEMA vai continuar concedendo
1113 autorizações de supressão de vegetações - SV nessas áreas que estão sobre judice e se
1114 dentro das fazendas, nessas áreas tem autorizações do INEMA tanto SV, quanto outorgas e
1115 se tem qual a postura prudente do INEMA, já sugerindo que seria prudente que revisasse
1116 essas autorizações e não concedesse autorizações em terras sobre litígio e parece que em
1117 2013 houve até um acordo entre o INEMA e o INCRA que não emitiria autorização em terras
1118 sobre litígio então gostaria que o INEMA pudesse se debruçar mais e tomar uma postura
1119 mais pró - ativa nessa questão, já que não pode dizer que os técnicos não terem
1120 conhecimento sobre isso. A outra questão são sobre as PCH'S e as pequenas centrais
1121 hidrelétricas no Oeste da Bahia, uma no Rio das Fêmeas que é a PCH Sítio Grande que
1122 está em operação e tem apresentado problemas recorrentes, o comitê de bacia do Rio
1123 Grande fez acompanhamento e os próprios técnicos do INEMA identificaram problemas de
1124 operação, sendo o principal a questão da oscilação do rio das fêmeas que chega a ficar só
1125 as pedras, porque não deixou vazão ecológica e foi sugerido na época que a empresa
1126 fizesse um vertedor lateral para que a água não demorasse tanto a voltar ao leito dos rios
1127 quando as turbinas param de funcionar, mas na época a Neoenergia que era a então dona
1128 da PCH disse que não tinha dinheiro para cumprir essa condicionante e agora é a Contur
1129 Global que é outra empresa responsável que está pedindo a renovação da licença que
1130 vence em janeiro de 2020, porém os problemas persistem e as comunidades querem saber
1131 quando se vai resolver o problema e se o INEMA vai continuar concedendo a licença sem
1132 exigir que essas condicionantes sejam cumpridas. E saber como está o processo de
1133 implantação da PCH Santa Luzia, pois houve uma audiência pública em 2009, na época
1134 ainda IMA e foi altamente questionado pelo Ministério Público, depois ficou parado e agora
1135 retornou, mas localmente ninguém sabe como tem sido esse processo e quais os estudos,
1136 lembrando que a área que essa PCH está sendo licenciada para ser implantada é uma área
1137 altamente sensível, vulnerável área de cavernas, como solo de característica de calcário na



1138 comunidade de Palmeirão em São Desidério, então os técnicos possuem ciência disso e a
1139 depender da resposta do INEMA a ADES gostaria que o CEPRAM avocasse a licença de
1140 operação desse processo.

1141 Daniela Rebouças – Terra Mirim informou que no dia 27/11 foi publicada uma licença prévia
1142 de localização do empreendimento da Naturalle Resíduos Sólidos no município de Simões
1143 Filho, em uma área de mananciais hídricos na Apa Joanes Ipitanga, vizinho as comunidades
1144 tradicionais, quilombolas, espirituais um santuário, ameaçando não só o abastecimento de
1145 40% da Região Metropolitana de Salvador, como ameaçando a permanência das
1146 comunidades e os modos de vida nesse território. Para nivelar as informações em 2017
1147 correu o processo de licenciamento ambiental no INEMA, em abril de 2018 a licença foi
1148 negada por unanimidade da equipe técnica formada naquele momento, em 2018 sem
1149 muitas informações a Terra Mirim não teve acesso ao processo de licenciamento e essa é
1150 uma das coisas primeiras que precisa solicitar, informou que entraram no portal do SEIA
1151 como foi direcionado, porém o processo não estava disponível no sistema e com isso não
1152 teve nenhum acesso ao processo de revisão a única coisa que se sabe é que outra equipe
1153 foi formada e não se comunicou em momento algum com as comunidades. Sabe-se
1154 também que as razões do indeferimento inicial do parecer técnico desfavorável a empresa
1155 não é apenas caráter ecológico e hidrológico, mas também leva em consideração a
1156 existência das comunidades e tudo aquilo que a Política Nacional de Resíduos Sólidos
1157 aponta. Pontuou também que o próprio CEPRAM se posicionou naquele momento, o Comitê
1158 de Bacia do Recôncavo Norte e Inhambupe também publicou uma moção contra, a Apa
1159 Joanes Ipitanga fez Nota Técnica também contra a localização que não se trata de um
1160 empreendimento de utilidade pública e não há diagnósticos de interesse público que
1161 recomende a instalação de uma CTVR daquele porte naquele local, que está a cerca de
1162 1KM da Estação de Tratamento de Água - ETA principal da EMBASA e também dos poços
1163 profundos perfurados pela EMBASA para abastecer a Região Metropolitana de Salvador
1164 que está em período de crise hídrica. Então a Terra Mirim e as outras comunidades da
1165 região estão vivendo um momento que não se sabe muito bem a quem recorrer, porque está
1166 a 27 anos no território, enquanto Fundação Terra Mirim fazendo um trabalho que está
1167 direcionado e está na letra da Política Nacional do Meio Ambiente, nos tratados
1168 Internacionais fazendo a parte de educação ambiental e de gestão ambiental participativa e
1169 a Fundação não tem apoio e nesse momento menos ainda para a continuidade desse
1170 trabalho, então a Terra Mirim assim como outras comunidades estão sendo ameaçadas, a
1171 comunidade que tiver a possibilidade vai ter que se mudar e aqueles que não conseguirem
1172 se mudar vão ter que viver daquela forma . Diante disso, solicitou ao CEPRAM o acesso a
1173 esse processo que foi revisto para que se possam conhecer quais foram às razões que
1174 motivaram essa mudança de entendimento que tinha sido unânime e com todo apoio e



1175 opinião pública da Região Metropolitana de Salvador, inclusive com o posicionamento dos
1176 Conselhos das Cidades do Estado da Bahia também, então é uma questão muito séria e a
1177 Terra Mirim como território e como comunidade que reconhece os direitos não vai parar, não
1178 vai desistir e não vai ser um soldadinho silenciado como aconteceu com Binho do Quilombo
1179 de Pitanga dos Palmares que foi assassinado em setembro de 2017 e até hoje não sabe
1180 como e porque aconteceu, mas foi uma execução da mesma forma como a de Mariele foi
1181 uma execução, então não vai deixar que isso passe em vão por questões e interesses que
1182 não dizem respeito ao que está legitimado na Política Nacional do Meio Ambiente e nem da
1183 Política de Gestão de Recursos Hídricos e por conta disso a Terra Mirim irá mexer em todas
1184 as esferas que forem necessárias, denunciar e pedir a responsabilização técnica, pessoal
1185 do que for necessário, inclusive do Órgão Ambiental, porque o Estado tem atribuição legal e
1186 constitucional de proteção e preservação do Meio Ambiente ecologicamente equilibrado e o
1187 que tem vivido nesses últimos 20, 30 anos é o agravamento da situação do Meio Ambiente,
1188 então não é possível que vá deixar enquanto humanidade que isso aconteça sem que as
1189 pessoas e órgãos que são responsáveis não sejam responsabilizados e por isso vai ser
1190 exigido o direito de todos os seres que vivem naquela região e dos recursos hídricos
1191 também sejam respeitados.

1192 Luiz Vitor – IDEIA fez referência aos pedidos de avocação do Projeto Mangaba Cultivo de
1193 Coco e também do licenciamento da Ponte Salvador/ Itaparica e a partir disso é importante
1194 conhecer o posicionamento do Estado no que diz respeito ao significado da palavra avocar e
1195 completando o pronunciamento é no sentido de conhecer qual é o paradeiro do processo
1196 que a Petrobras foi autuada inicialmente em 30 milhões de reais em 2009 e posteriormente
1197 teve essa multa reduzida para 25 milhões e cuja solução ainda é desconhecida porque o
1198 processo foi retirado de pauta.

1199 Severino Agra – UFBA pontuou que aquele primeiro planejamento do CEPRAM
1200 apresentado estava faltando várias proposta feitas pela Sociedade Civil e sinalizou que já
1201 encaminhou para SECEX e solicitou atualizar o planejamento com essas propostas e
1202 pontuou que tem muitas questões ali que já poderiam ter sido discutidas no CEPRAM, que
1203 tratam –se de discussões mais rápidas e já deviam está na pauta. Pontuou ainda que a
1204 câmara técnica de políticas públicas - CTPPDS não teve uma reunião este ano e não sabe
1205 como vai ficar a programação, mas para o ano já é uma perda muito grande. Disse que
1206 trouxe mais uma proposta de resolução CEPRAM com medidas de melhoria na qualidade
1207 técnica e está sendo proposto que seja formada uma comissão previamente para seleção
1208 dessa equipe multidisciplinar quando for contratado estudo de impacto ambiental e a idéia é
1209 que já existe na exposição de motivos a história do estudo de impacto ambiental já tinha o
1210 artigo 7 que foi revogado posteriormente, que exigia uma equipe multidisciplinar
1211 independente, houve várias discussões referentes a esse tema e posteriormente a

1212 Resolução 237 que regulamentou nacionalmente o licenciamento revogou e só colocou
1213 equipe habilitada com ônus do proponente, só que continua tendo no Brasil inteiro a
1214 percepção e configuração de que quando contratada a consultoria para fazer o estudo de
1215 impacto a uma relação indesejável e tendenciosa da contratada pelo empreendedor, então
1216 deveria ser uma medida de qualidade dessa equipe e a firma de consultoria fosse
1217 previamente escolhida por uma comissão feita pelo INEMA e com representantes da
1218 Sociedade Civil para então ter análise da qualidade e da pertinência da informação, da
1219 equipe e das metodologias e depois então seria encaminhado para o procedimento de como
1220 isso seria remunerado. Isso é uma coisa a se pensar, pois se garantiria a separação da
1221 relação consultoria com o empreendedor. Pontuou que essa proposta foi entregue a SECEX
1222 e solicitou que seja incluída nas pautas do conselho.

1223 Marjore Nolasco – UEFS solicitou que na pauta do conselho do ano que vem fosse incluída
1224 uma apresentação relacionada à questão de outorgas de águas superficiais e subterrâneas
1225 no Estado da Bahia, especialmente na região da Chapada Diamantina, nas bacias do Rio
1226 Santo Antônio, Utinga, São José, Alto Paraguaçu de forma que se pudesse avaliar a
1227 situação já que o pantanal do Marimbus que sede 80% das águas do Paraguaçu que vão
1228 servir a Salvador está em processo de secamento em andamento e impactando nesse
1229 momento as comunidades da região, e provavelmente terão impactos desdobrando até a
1230 cidade de Salvador, já que tem duas áreas de entrada de água, uma no alto Paraguaçu e a
1231 outra em Feira de Santana também com problemas. Diante disso, solicitou apresentação e
1232 uma discussão sobre a questão das outorgas e da liberação de água superficial e
1233 subterrânea integrando essas informações de maneira que pudesse avaliar a capacidade
1234 dessas bacias e desses aquíferos integrados no sentido do fornecimento de água que é algo
1235 que vai ser o terceiro grande problema desse processo se já não é. Agradeceu e solicitou
1236 esclarecimento referente à convocação do horário da reunião, pois se não for ser das 9h às
1237 17h deveria ser corrigido este horário na pauta.

1238 Miriã Caetano da Silva – SECEX esclareceu que essa apresentação sobre outorgas é uma
1239 pauta que vai ser levada para o CONERH que é um espaço que permite essa apresentação,
1240 não mais para essa reunião que vai acontecer a semana que vem, mas com certeza para
1241 incluir no planejamento do CONERH e ser levado para a sua pauta. Quanto ao horário da
1242 reunião já foi falado aqui, disse ser interessante a disposição que temos também e os
1243 temas, mas volta a registrar que a questão dos processos realmente não comprometeu o
1244 andar da reunião, pois eles são bem discutidos na CT Recursal e reiterou a atenção da
1245 SECEX e por isso o planejamento aqui feito do aumento do número de reuniões das
1246 câmaras técnicas, por que efetivamente além de divulgar previamente, a SECEX vai se
1247 esforçar para divulgar mais ainda um espaço do detalhamento onde a discussão se
1248 aprofunda, então a riqueza de discussão nas câmaras técnicas é bastante, a outra coisa é

1249 sobre algumas câmaras que não puderam se reunir nesse segundo semestre e a SECEX
1250 está atenta a isso e nesse planejamento inclusive todas as câmaras técnicas tem previsão
1251 de duas a três reuniões a partir da abertura do orçamento e a SECEX está ciente da
1252 necessidade dessas reuniões.

1253 Renato Cunha – GAMBÀ referente à questão dos processos recursais solicitou agilidade na
1254 proposta referente aos processos recursais serem finalizados na CT Recursal e que só
1255 venham para a plenária alguns casos que não sejam resolvidos na câmara técnica e isso
1256 está pendente há um tempo e espera que se consiga viabilizar mais rapidamente isso.

1257 Samir Felipe – SECEX esclareceu que alguns desses pontos que foram levantadas no que
1258 ocorrer já tinha sido previstos uma explicação nessa apresentação que a SECEX iria fazer,
1259 que foi colocada como balanço anual, mas na verdade é mais um planejamento para
1260 2020/2021. O Conselho houve um gap com a nomeação, houve a posse, mas houve um
1261 problema junto a Casa Civil da nomeação e isso complicou um pouco a formação das
1262 Câmaras técnicas e o funcionamento delas, então a SECEX teve um ano um pouco atípico
1263 nesse sentido e de fato não ocorreram reuniões de três das cinco câmaras e isso está até
1264 pontuado nesse apresentação que será feita. Mostrou uma projeção feita dentro desse
1265 exercício de levantar as pautas propostas naquele planejamento e inserindo o que Severino
1266 pediu de complementação e foi levantada a quantidade de reuniões de câmaras técnicas
1267 podia prevê para atender o que está de pendência. A projeção 2020/2021 ficou da seguinte
1268 forma: 08 reuniões da CTBIO, 07 reuniões da CTAJIN, 05 reuniões da CTGAC, 16 CT
1269 Recursal (porque ela tem uma rotina e dentro dela tem a discussão de instigie os processos
1270 recursais que sejam unanimidade e já tem essa minuta que vai começar a ser trabalhada), a
1271 17 reuniões da CTPPDS. Solicitou junto ao pessoal da sociedade civil tanto a Terra Mirim,
1272 quanto a ADES a formalização das solicitações e questionamentos colocados para que a
1273 SECEX possa objetivamente encaminhar junto ao INEMA, pois apesar da Diretora Geral
1274 está presente hoje não teria como ter uma resposta agora. No que se refere ao horário da
1275 reunião, é convocada para o dia todo, mas por uso habitual sempre questionava a plenária
1276 se iria ter intervalo para o almoço ou se levava direto e estava sendo recorrente a questão
1277 de se estender, mas a partir do ano que vem pode rever isso, é um ajuste simples.

1278 Mariana Vidal – SEMA pontuou que no que se refere à advocação, foi feita a consulta a PGE,
1279 porém ainda não teve o retorno e tão logo isso seja retornado será trazido para a plenária do
1280 Conselho.

1281 Miriã Caetano da Silva – SECEX a título de informação e dando um retorno ao conselho
1282 sobre o Grupo de trabalho referente à contaminação do Chumbo, esse grupo vem se
1283 reunindo rotineiramente, estava inclusive com data da próxima reunião, porém em razão dos
1284 últimos acontecimentos tem sido muito difícil conseguir reunir e sugeriu a necessidade de
1285 pautar uma data em função até do envolvimento de Miguel Accioly e de Renato Cunha na



1286 questão da contaminação do óleo. Pontuou que tem a reunião da Defensoria no dia 13/12,
1287 diante disso sugeriu que fosse marcada a reunião desse grupo antes da reunião da
1288 Defensoria e assim manteria o grupo da Defensoria atualizada das informações e eles
1289 concordaram e definiram a data da reunião para 09/12. Agradeceu a presença e a
1290 contribuição de todos nesse ano de 2019 e deu por encerrada a reunião, cuja ata será
1291 submetida à aprovação da plenária, posteriormente. A reunião foi encerrada e ata vai ser
1292 assinada e aprovada.

1293

1294 **Presidente em Exercício do CEPRAM:** Márcia Cristina Telles de Araújo Lima

1295 **Secretaria Executiva:** Miriã Caetano da Silva

1296 **Conselheiros presentes:**

1297 Ana Maria da Lima Santos – SEINFRA

1298 Taís Barreira Nascimento Gouveia – SDE

1299 Roberto Maximiano Pereira –SEPLAN

1300 Ana Livia Cunha Guimarães – SEDUR

1301 Luis Fernando Galvão de Almeida - SINDICAL

1302 Aurinézio Calheira Barbosa – COFIC

1303 Sérgio Bastos – SINPEQ

1304 Juliano Ferreira Dias - Sindpacel

1305 José Luiz Pucci - SINDIMIBA

1306 Walter Schimmelpfeng - FECOMÉRCIO

1307 Benedito Vieira dos Santos – SICOMERCIO

1308 Alessandra Chaves Reis - AIBA

1309 Ricardo Borges da Cunha - Sindicato Rural de Camacã

1310 Evilásio Fraga _ Sindicato de produtores Rurais de Ibicoara

1311 João Lopes Araujo – ASSOCAFÉ

1312 José Roberto Pedreira Celestino - ABES

1313 Roberta Casali Bahia Damis - OAB/BA

1314 Manoel Ailton Rodrigues de Carvalho - Comunidades Quilombolas

1315 Severino Agra Filho – UFBA

1316 Marjorie Nolasco – UEFS

1317 Luiz Vitor Ernesto Marsala - IDEIA

1318 Renato Pegas Paes da Cunha – GAMBA

1319 Amanda Santos Silva - ADES

1320 Maria de Lourdes Silva Rodrigues - PRISMA

1321 Osvaldina Rocha dos Santos – Associação Flora Brasil